



**EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ZONAS DE PESCA
RECONHECIMENTO DO GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA
BARLAVENTO ALGARVE**

- Documento Técnico de Suporte -



**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO BARLAVENTO
PARCEIRO GESTOR**

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DE MOTIVOS.....	1
A. DIAGNÓSTICO – ELEMENTOS ESTRATÉGICOS E TERRITORIAIS	3
A1. Elementos para um Diagnóstico Estratégico.....	3
A2. Elementos de diagnóstico territorial.....	10
2.1. Justificação para a inclusão de outras Freguesias litorais.....	10
2.2. Caracterização Física e Socioeconómica detalhada das principais Actividades Económicas desenvolvidas nas zonas identificadas	12
2.3. Descrição das Actividades realizadas actualmente no Território.....	25
2.4. Identificação de problemas ou limitações que afectam grupos específicos.....	34
B. ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA.....	41
I – REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DAS ZONAS DE PESCA E VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS	41
II – DIVERSIFICAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS	47
III. PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE COSTEIRO E DAS COMUNIDADES.....	53
IV. AQUISIÇÃO DE COMPEÊNCIAS E COOPERAÇÃO	58
C. SÍNTESE DA ANÁLISE	63
C1.Visão Estratégica	63
C2. Árvore de Objectivos e Indicadores.....	68
D. PLANO FINANCEIRO.....	72
E. ELEMENTOS DE INTEGRAÇÃO E COERÊNCIA DA ÁRVORE DE OBJECTIVOS E ACÇÕES-TIPO NA RELAÇÃO COM A MATRIZ DE INTERVENÇÃO DO EIXO 4.....	75
Matriz de Coerência Objectivos Específicos GAC Barlavento do Algarve/ Tipologia de Acções do Eixo 4.....	79
Matriz de Coerência Acções GAC Barlavento do Algarve/Tipologia de Acções do Eixo 4...80	

ANEXO

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

APRESENTAÇÃO DE MOTIVOS

A Agência de Desenvolvimento do Barlavento, na qualidade de promitente Parceiro Gestor, apresenta o Dossier de Reconhecimento do Grupo de Acção Costeira (GAC) do Barlavento do Algarve, no âmbito do Eixo 4 do PROMAR, fundado nas motivações seguintes:

- ✓ A sustentabilidade das zonas costeiras, nos domínios social, económico e ambiental, constitui uma preocupação latente na intervenção pública municipal para o conjunto de freguesias litorais dos sete concelhos promotores do GAC e encontra, na filosofia e perspectivas de abordagem transversais do Eixo 4, respostas promissoras na óptica da qualificação do território e da dinamização de actividades da economia do mar;
- ✓ A actividade piscatória e a valorização económica dos recursos do mar representa uma fonte de ocupação, de emprego e de rendimento para um número relevante de pescadores e respectivas famílias que habitam e animam as comunidades piscatórias abrangidas pelo território-alvo da intervenção do GAC;
- ✓ A tipologia de Acções do Eixo 4 do PROMAR, combinando uma perspectiva económica (competitividade, diversificação,...), com uma perspectiva território-ambiental, proporciona uma matriz integrada de intervenção que se afigura pertinente à luz da necessidade de qualificar o território e dinamizar actividades tradicionais que contribuam para aprofundar uma visão enriquecida do complexo de actividades do turismo e do lazer (ambiências urbanas com identidade simbólica, actividades tradicionais vivas e renovadas, oferta de produtos e de serviços de lazer com interesse para o reforço da atractividade e da competitividade territorial, ...);
- ✓ As áreas de intervenção estratégica e operacional contempladas na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável que suporta o presente Dossier de Candidatura, traduzem uma perspectiva de abordagem do território coerente à luz das orientações constantes de Documentos de planeamento, ordenamento e programação estratégica (sectoriais e regionais) e pretendem acrescentar contributos efectivos para a concretização gradual de objectivos de

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

desenvolvimento formulados nesses Documentos, com incidência no território costeiro do Barlavento do Algarve;

- ✓ A qualificação das comunidades piscatórias em matéria de infra-estruturação do espaço e de equipamentos de uso colectivo, a par da dotação de equipamentos de carácter económico de suporte ao complexo da pesca e actividades complementares, representa um contributo relevante da intervenção pública municipal para sustentabilizar actividades e formas de ocupação, indispensáveis na óptica da integração social e territorial;
- ✓ A Área de Intervenção Costeira, correspondente a mais de metade da frente litoral algarvia, da Costa Vicentina ao Algarve Central, agrega as freguesias deste vasto território identificadas na Portaria e um conjunto relevante de freguesias adjacentes, assegurando requisitos de contiguidade territorial e de um reforço da robustez do perfil de recursos naturais, produtivos, logísticos e humanos, de suporte à Estratégia de Intervenção.
- ✓ A filosofia de parceria associada à constituição do GAC permite potenciar um trabalho de cooperação em torno de objectivos mas, sobretudo, de acções e de projectos que associa à iniciativa pública municipal os recursos e potenciais de acção e iniciativa de outras entidades públicas, associativas e privadas que, partindo das competências próprias, podem acrescentar valor à intervenção estratégica e operacional para o desenvolvimento sustentável das áreas costeiras do Barlavento do Algarve.

As diferentes peças do Dossier de Candidatura para o Reconhecimento do GAC do Barlavento do Algarve procuram aprofundar estas motivações, nomeadamente, na configuração da Estratégia e na identificação preliminar das Acções-tipo a dinamizar. Estas componentes constituem um resultado intermédio de um processo de trabalho que beneficiou dos contributos técnicos e da participação institucional da generalidade dos parceiros que integram o Grupo. A constituição do GAC do Barlavento do Algarve reflecte, ainda, uma convergência preliminar de competências temáticas para os objectivos da sustentabilidade patentes no Eixo 4 do PROMAR: economia, inovação, património (natural e cultural), ambiente, território e qualidade de vida.

A. DIAGNÓSTICO – ELEMENTOS ESTRATÉGICOS E TERRITORIAIS

O Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013 e o Programa Operacional Pesca 2007-2013, apresentam extensos e bem elaborados e fundamentados diagnósticos para o sector e, foi com base nesses diagnósticos, que foram formuladas as estratégias e delineadas as linhas de acção que figuram nestes documentos.

Aqueles diagnósticos têm plena validade e aplicação ao nível da situação existente na Área de Intervenção do GAC do Barlavento do Algarve. Como é natural, aqueles mesmos diagnósticos têm que ser completados (e complementados), tendo em conta as características específicas locais e regionais do sector neste território. Desta forma, nos “Elementos para um Diagnóstico Estratégico” (cf. *A1*) figuram, fundamentalmente, os aspectos que permitem completar os diagnósticos atrás mencionados, tendo em conta as especificidades do Barlavento do Algarve, as quais são detalhadas com mais pormenores quantitativos e qualitativos, com recurso a elementos estatísticos, documentais e outros resultantes do processo de trabalho realizado em *A2 – Elementos para um Diagnóstico Territorial*.

A1. Elementos para um Diagnóstico Estratégico

Um importante peso local e regional da cultura e das tradições ligadas à pesca

Os “Planos” atrás citados referem, que o peso real do sector das pescas em Portugal é muito superior ao da sua dimensão económica, realidade de que esta sub-região é prova eloquente. A actividade humana de pesca no Algarve em geral e no Barlavento, em particular, começou há muitos séculos e o seu peso histórico e cultural é aqui muito superior ao de qualquer outra região do país. Foi nestas costas que se fixaram os fenícios no séc. XV a.C., exactamente para explorarem os recursos marinhos e aqui se mantiveram até ao século VI a.C., altura em que foram expulsos pelos cartagineses. A primeira referência histórica escrita à pesca no Algarve, tem a ver com a pesca do atum e é do ano 151 da nossa era. Esta pesca constituiu historicamente a base da economia algarvia. Dela se ocuparam romanos e árabes (grandes responsáveis pela evolução tecnológica de todo o sector das pescas). Em 1249, D. Afonso III reservava para a coroa todos os direitos sobre a pesca do atum, através da chancela "Pescarias Reais". É no tempo de D. Fernando que se estabelecem no Algarve os primeiros sicilianos e genoveses e com eles a actividade torna-se

extremamente próspera. Em 1556, as almadravas (armações de atum) do Algarve representavam 1,5% de todos os réditos do Estado. A economia da região nesses tempos era, fundamentalmente, a pesca. Ao contrário do que acontece noutras regiões do país a agricultura só se desenvolve com o declínio conjuntural da pesca surgido no séc. XVII, devido às sucessivas crises económicas e sociais do país. Com o Marquês de Pombal a actividade conhece novo período dourado, que dura até à década de setenta do século XX, ao longo do qual floresceram inúmeras armações de atum por toda a costa algarvia, desde Vila Real de Santo António até Sagres. Em 1903, atingiu-se o número máximo de 16 armações na costa sul algarvia e mais 3 na costa vicentina. A última grande armação foi inaugurada em Tavira (em 1945): o Arraial Ferreira Neto. A última almadrava lançada ao mar aconteceu em 1972, tendo como resultado a captura de um único atum. Hoje a actividade tem conhecido alguma reanimação e há mesmo uma empresa com capitais japoneses a pescar na zona, com sede em Olhão. Para avaliar do peso cultural que toda a actividade da pesca teve e tem na região temos de evocar as páginas de Raul Brandão, Fialho de Almeida ou de Manuel Teixeira Gomes, escritor e político portimonense.

O carácter marcadamente diferenciado da Área Costeira do Barlavento do Algarve

A geografia costeira do Algarve, comporta três sub-regiões relativamente distintas:

- ✓ O *Barlavento Sul*, sub-região mais ocidental virada ao Atlântico (denominada Costa Vicentina), que corresponde às regiões costeiras dos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, com características geo-morfológicas que fazem com que esteja integrada numa área natural protegida, o PNSACV. A esta sub-região junta-se a zona costeira do concelho de Lagos que, em termos da sua geografia física, é mais uma zona de transição, mas que se assume, histórica e culturalmente, como pertencente à Costa Vicentina. Esta Costa Ocidental Sul, entre Sines e Lagos, constitui uma das faixas litorais menos afectadas pela intervenção humana possuindo características biofísicas e ecológicas únicas no contexto europeu.
- ✓ O *Barlavento Litoral*, que engloba a orla costeira dos municípios de Albufeira, Silves, Lagoa e Portimão, caracterizada por uma costa alta e alcantilada na qual as comunidades piscatórias se foram estabelecendo junto à foz dos rios e ribeiras, ou em pequenas enseadas naturais. Com estes constrangimentos, impostos pela

geografia física, o desenvolvimento da actividade piscatória, tende normalmente a conflitar com o de outras actividades que disputam o mesmo espaço.

- ✓ A costa da sub-região do *Sotavento*, que vai de Vila Real de Santo António a Loulé, constituída por um extenso areal raso, quase totalmente dominado, em mais de 50 quilómetros, pela Ria Formosa, que estabelece uma ampla barreira natural entre o mar e a zona “urbanizável”. É essa barreira natural que tem permitido a preservação física da maioria das comunidades pesqueiras aí existentes e é ela que constitui a base fundamental manutenção e da sustentabilidade da sua actividade.

As significativas diferenças geo-morfológicas e territoriais entre Barlavento e Sotavento, são acompanhadas, a nível da economia das pescas, por outro factor de diferenciação notória. Com efeito, consultando as estatísticas nacionais e regionais relativas às pescas, verifica-se que no Porto e Capitania de Portimão, o nº de pescadores matriculados corresponde ao segundo maior do Algarve (estando quase a par do primeiro, Olhão). A análise do nº e tipo de embarcações e a quantidade, valor e tipo do pescado produzido, permite verificar que o Barlavento Litoral está claramente especializado na pesca de pequenos pelágicos (sardinha e carapau), em embarcações de maior porte, ao contrário do que acontece com as restantes sub-regiões algarvias, que apresentam um leque bastante mais diversificado de capturas, incluindo a sub-região mais ocidental de Lagos a Aljezur. A relação entre o volume e o valor médio das capturas reflecte essa disparidade na valorização económica do pescado, porquanto o volume de peixes marinhos descarregado no Porto de Portimão, sendo o maior de todo o Algarve, tem um valor médio por quilo destas capturas, mais baixo.

Zonas de conflito entre a actividade da pesca e outras actividades produtivas

Desde há várias décadas que, em quase toda a costa algarvia, mas com uma incidência particular e especialmente acentuada no Barlavento, o rápido crescimento de outros sectores de actividade provocou um acentuado declínio e desestruturação no sector das pescas, na qual o turismo, assume o papel fundamental.

As características únicas e diferenciadas da geografia física da zona costeira do Barlavento, que fazem da quase totalidade deste litoral uma varanda aberta a pique sobre o oceano, transformaram toda esta costa numa área de enorme disputa de usos físico-económicos.

Como o ordenamento do território foi algo inexistente durante décadas, ganharam os mais fortes e, quando ele surgiu, a destruição estava consumada havia muito tempo. Se focarmos no “Google Earth” a zona costeira dos concelhos de Portimão a Albufeira, impressiona a muralha de betão contínua sobre as falésias e em torno de todas as baías enseadas, o mesmo acontecendo com as zonas mais baixas onde desaguam rios ou ribeiras. A própria Ria de Alvor está cada vez mais rodeada de grandes empreendimentos turísticos. A pesca é no mar que se realiza mas é na costa que se organiza e esta foi ocupada, de forma súbita, maciça e desorganizada, por outros que não os pescadores, que dela foram expulsos. As pequenas aldeias e comunidades piscatórias do litoral destes concelhos, foram absorvidas por hotéis, aldeamentos turísticos e blocos de apartamentos. Esta zona de actuação do GAC apresenta, assim, no que diz respeito ao sector das pescas, um conjunto de constrangimentos muito específicos, que a diferenciam significativamente da restante costa algarvia.

Este é um aspecto específico e que tem uma especial gravidade nesta sub-região. Mas o turismo não conflitua com a actividade pesqueira apenas no aspecto da ocupação do espaço físico terrestre. A própria actividade turística, de uma forma mais geral, concorre ou interfere (mas nem sempre de forma negativa) com a actividade da pesca em muitos outros domínios: pesca desportiva, gestão das rotas de navegação, gestão dos espaços marítimos alvo das actividades da pesca, gestão da construção e apetrechamento naval, gestão dos portos, marinas, docas e cais acostáveis e existência crescente de uma pesca “turística” selvagem e/ou predatória. Para além disso, muitos operadores da actividade turística, consideram a actividade pesqueira como incómoda (“suja”, “malcheirosa” ...), incompatível com o “asseado” universo turístico e vão forçando a “expulsão” dos pescadores para verdadeiros “ghettos”. A este respeito pode ser feita a comparação do ambiente e da organização do Porto de Pesca de Portimão, com o que acontece na moderna Marina, situada um pouco mais adiante. As actividades turísticas “desviam” profissionais das pescas para outras actividades mais cosmopolitas e com maior “prestígio social”, tornando a actividade pesqueira comparativamente menos atractiva para as camadas jovens desta importante comunidade, assim ameaçando directamente a sua sustentabilidade. No entanto, importa notar que, na óptica da composição do rendimento das famílias destas comunidades piscatórias, existe um benefício directo do turismo de massas, associado ao arrendamento de quartos e casas (actividade não certificada e não declarada) e via utilização sazonal de embarcações para actividades marítimo-turísticas.

Neste contexto, trata-se de construir novas relações de equilíbrio e vantagens mútuas entre as lógicas da economia turística e as actividades tradicionais da fileira da pesca.

A questão da cooperação transnacional

Um outro componente que é necessário ressaltar neste diagnóstico, ainda que afecte sobretudo, a zona de Sotavento, mas que se estende a toda a Região do Algarve virada a Sul, é o da tradicional “rivalidade” entre portugueses e espanhóis, nascida da concorrência em torno das zonas de pesca das espécies mais apetecíveis, que normalmente se situam do lado português. Esta rivalidade que, por vezes, assume contornos violentos e actuações fora da lei e dos acordos celebrados entre os dois países (com muito mais incidência por parte dos espanhóis), tem impedido a criação de redes de cooperação transnacional, cooperação essa que poderia ser muito vantajosa para os profissionais e armadores portugueses desta zona pois o sector de pesca espanhol tem uma dimensão e uma dinâmica completamente diferente da nossa e a zona espanhola que vai de Ayamonte a Cádiz, tem características e problemas muito semelhantes àqueles com que nos defrontamos em todo o Algarve, nomeadamente na área de intervenção do GAC do Barlavento. Todavia, o que tem prevalecido é a pressão da frota espanhola sobre os nossos recursos, abrangendo mais recentemente a compra de embarcações algarvias, nomeadamente de arrasto costeiro, que mantêm pavilhão e licenças nacionais.

Uma economia dual

Com todo o lastro histórico atrás referido, e tal como acontece em outras áreas produtivas do nosso país, o sector das pescas, funciona como uma economia “dual”, onde coexistem, por um lado, frotas industriais e artesanais, embarcações modernas tecnologicamente bem apetrechadas e, por outro lado, uma frota envelhecida, com elevados custos de produção. Na era da Internet e da globalização, continuam em actividade profissionais, famílias e comunidades piscatórias que vivem, simultaneamente, nestes dois universos. Isto acarreta consequências e estrangulamentos, não só no âmbito da competitividade e da operacionalidade do sector, como no próprio âmbito social. Paralelamente, o predomínio da pequena pesca e da pesca de cerco, não tem beneficiado, no acesso às ajudas comunitárias, de prioridade ajustada à sua relevância em termos de emprego, de

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

distribuição de riqueza e de menor pressão sobre os recursos, comparativamente à pesca industrial.

No domínio da inovação e do conhecimento aplicado à modernização da gestão dos recursos, existem no Algarve, desde há bastantes anos, excelentes unidades formativas e centros de investigação com importantes áreas vocacionadas para a pesca e para os oceanos, o que tem permitido a emergência de situações pontuais de relacionamento entre o sector das pescas e o da investigação científica. Mas os resultados, sobretudo ao nível da inovação e do aumento da competitividade do sector, são desanimadoramente escassos, o que é comprovado pelo panorama que figura em todos os diagnósticos (PENPescas, PROMAR, PRIAlgarve, ...) e pela necessidade das presentes Intervenções. Existem as necessidades, existem os meios, faltam os projectos e faltam os “interfaces”. Este desencontro ocorre também a nível social, sendo reconhecidas inúmeras necessidades básicas neste sector não obstante os esforços e vontade real para a sua progressiva superação, com a criação de legislações e condições materiais concretas para ir suprimindo algumas dessas necessidades, pese a dificuldade de muitas dessas soluções chegarem, em tempo útil e com eficácia, aos destinatários.

A existência de códigos e linguagens próprias (os do poder político e os do sector das pescas) não facilitam a comunicação, situação agravada pela ausência de interfaces. Como os profissionais do sector, as famílias, as comunidades, as empresas, necessitam de sobreviver e o instinto de sobrevivência é a força mais poderosa de qualquer ser vivo ou de qualquer sociedade, proliferam as soluções informais (o “desenrascanço”) como uma consequência natural daquele desencontro. Neste modelo de economia dual, à margem ou em sobreposição com o funcionamento “formal” e aparente, do sector, surge uma outra realidade funcional, totalmente enviesada, cujos beneficiários têm normalmente proveniência exterior aos agentes criadores de riqueza do sector. Assim, qualquer intervenção neste universo, que vá no sentido da filosofia de intervenção do Eixo 4 do PROMAR (Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca) terá que estar muito desperta para a informalidade predominante e os enviesamentos existentes, caso contrário o sucesso da intervenção revelar-se-á mais problemático.

A pesca e o ambiente

Nos documentos fundamentais que estão na base do PROMAR, a questão ambiental é central. Para começar o próprio Programa surge de uma necessidade “ambiental”: a ruptura da sustentabilidade dos “stocks” pela sobre-exploração e a alteração dramática dos equilíbrios, ao longo de toda a cadeia trófica marinha, também provocada por esta e por outras acções humanas. Mas o homem também faz parte dessa mesma cadeia, representando o super predador por excelência e a demografia obriga-o a consumir cada vez mais. A solução existe e só pode vir da aquicultura. Ora essa aquicultura pode desenvolver-se quer no mar (a oceânica ou de offshore), quer em terra. Tanto num caso, como noutro, as preocupações ambientais são mais uma vez centrais. No primeiro caso, para evitar a nitrificação dos ambientes marinhos, a contaminação genética por espécies eventualmente “melhoradas geneticamente” criadas em cativeiro, ou a alteração do equilíbrio da cadeia trófica em caso de rotura accidental das redes e jaulas onde estas espécies são criadas (são conhecidos os desastres ecológicos a que conduziram alguns programas de repovoamento de espécies marinhas, levados a cabo por alguns países). A aquicultura em terra quer nos sapais e estuários, quer mesmo em terra firme, tem que levar em conta os aspectos ambientais, desde a sua concepção. Qualquer projecto de aquicultura, como qualquer outro projecto industrial está em ligação física e energética com o meio que o cerca. A tendência moderna vai no sentido de juntar o planeamento das actividades produtivas com o da gestão espacial do território, num conceito integrado de “produção sustentada”, ou de “eco-parques”, onde se vão procurar juntar, no mesmo espaço geográfico, diversas actividades produtivas (mesmo de naturezas completamente distintas), que possam gerir e partilhar recursos de forma integrada e que possam apresentar complementaridades tecnológicas, como, p.e., determinados “outputs” energéticos ou materiais, que constituem “desperdícios” ou resíduos” de uma unidade produtiva, poderem ser “inputs” de outras unidades produtivas diferentes, localizadas nas proximidades das primeiras. Com estes novos conceitos, não só beneficia o ambiente, como se racionalizam custos e se maximiza a eficiência e a eficácia na gestão dos factores produtivos. Ao conceber-se e implementar-se a gestão das actividades produtivas, do ambiente e do espaço, de uma forma integrada, promove-se a sustentabilidade das actividades produtivas (neste caso da pesca), a sustentabilidade e a melhoria do ambiente, a melhoria da competitividade e a maximização dos benefícios económicos.

A diversificação e reestruturação das actividades económicas e sociais das pescas

No Eixo 4 do PROMAR, é dado um grande destaque a esta necessidade, nomeadamente através da “*Integração das actividades do sector com outras actividades económicas, nomeadamente através da promoção do eco turismo, desde que dessas actividades não resulte aumento do esforço de pesca.*” [alínea b) do artº 2º, do Anexo III da Portaria nº 528-A/2008, de 8 de Agosto]. Esta diversificação e reestruturação devem ser concretizadas quer ao nível das empresas (através da alteração do seu objecto de negócio), quer ao nível dos profissionais do sector (através da sua requalificação). Pelos motivos atrás expostos, há uma zona de conflito de interesses entre a actividade turística e a da pesca. A actividade turística começou por “invadir” a área de negócios da actividade de pesca. A actividade piscatória sente agora a necessidade de “abordar” a área de negócios da actividade turística, uma dicotomia não necessariamente negativa, antes uma constatação que tem naturalmente que ser gerida, do ponto em que esta diversificação e reestruturação não são à partida tarefas fáceis. Com efeito, tornando os pescadores como parte da solução, importa não ignorar que o que sabem fazer é pescar, o que lhe está interdito no limiar do “aumento do esforço de pesca”. A solução para esse problema, ou para uma parte significativa do mesmo, só poderá ir no sentido de qualificar a pesca artesanal sem contrariar a ênfase da citada alínea e dar um impulso na aquicultura quer ao nível da reconversão das empresas, quer em matéria de requalificação dos profissionais, à semelhança do que está a acontecer noutros Estados-membros da União Europeia.

A2. Elementos de diagnóstico territorial

2.1. Justificação para a inclusão de outras Freguesias litorais

A área de intervenção definida para efeitos de reconhecimento do Grupo de Acção Costeira do Barlavento do Algarve abrange as freguesias litorais constantes no Anexo I da Portaria n.º 828-A/2008, de 8 de Agosto, designadamente:

Estombar, Ferragudo, Lagoa, Porches, Carvoeiro e Parchal (concelho de Lagoa); Armação de Pêra, Pêra e Tunes (concelho de Silves); Luz, Sta. Maria, S. Sebastião e Odiáxere (concelho de Lagos); Aljezur, Bordeira, Odeceixe e Rogil (concelho de Aljezur); e Budens, Raposeira, Sagres e Vila do Bispo (concelho de Vila do Bispo).

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

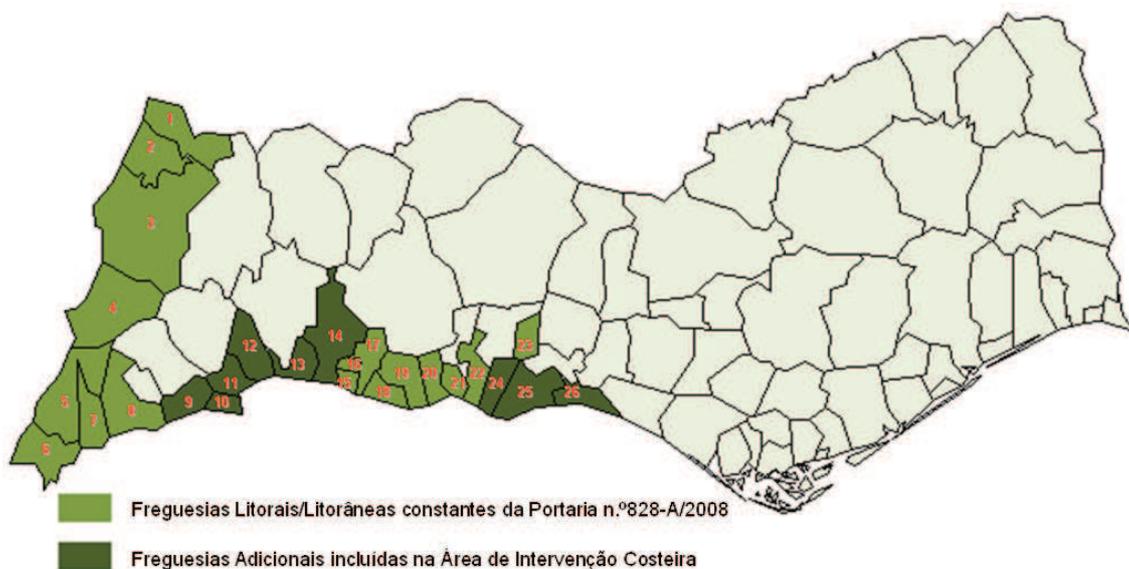
As freguesias identificadas apresentam proximidade geográfica e um perfil socio-territorial com pontos comuns próprios às comunidades piscatórias, ainda que compreendam realidades socio-económicas distintas, fruto da inserção urbano-turística de parte delas.

A este conjunto de freguesias são acrescentadas as seguintes freguesias:

- Portimão e Alvor (concelho de Portimão); Albufeira, Guia e Olhos d'Água (concelho de Albufeira); Luz, Sta. Maria, S. Sebastião e Odiáxere (concelho de Lagos).

A introdução destas freguesias contribui fundamentalmente para: (i) melhorar a coerência económica e social das comunidades piscatórias dependentes da pesca integrantes da Área Costeira de Intervenção; e (ii) reforçar a massa crítica centrada na complementaridade de actividades e actores, indispensáveis para viabilizar a concretização da Estratégia.

Mapa das Freguesias participantes no GAC Barlavento



Legenda: 1 - Odeceixe, 2 - Rogil, 3 - Aljezur, 4 - Bordeira, 5 - Vila do Bispo, 6 - Sagres, 7 - Raposeira, 8 - Budens, 9 - Luz, 10 - Sta. Maria, 11 - S. Sebastião, 12 - Odiáxere, 13 - Alvor, 14 - Portimão, 15 - Ferragudo, 16 - Parchal, 17 - Estombar, 18 - Carvoeiro, 19 - Lagoa, 20 - Porches, 21 - Armação de Pêra, 22 - Pêra, 23 - Tunes, 24 - Guia, 25 - Albufeira, e 26 - Olhos d'Água.

As notas seguintes sistematizam os principais elementos, de carácter histórico e socio-económico, justificativos da inclusão de outras freguesias na Área Costeira de Intervenção.

No concelho de Portimão, as freguesias de Portimão e Alvor incluem uma comunidade de pesca das mais representativas da Região do Algarve, para além de assegurarem uma interligação de actividades e recursos com as freguesias do concelho de Lagoa,

beneficiando da localização das principais estruturas físicas ligadas ao sector, com destaque para o Porto de Pesca. No concelho de Albufeira, a freguesia da Guia, apesar de não ter comunidade piscatória, apresenta uma frente de mar com grande vocação turística (Praias dos Salgados e da Galé), podendo contribuir para uma maior coerência de intervenção, possibilitando uma total contiguidade territorial e uma elevada interação funcional com Pêra e Armação de Pêra (concelho de Silves), em particular em actividades que venham a focar a reconversão profissional, na fileira da pesca artesanal (numa óptica de sustentação de elementos de identidades cultural das comunidades) e no turismo/lazer. A inclusão da freguesia de Olhos d'Água, por seu lado, acrescenta uma comunidade de pesca artesanal relevante. No concelho de Lagos, a inclusão de Luz, Sta. Maria, S. Sebastião e Odiáxere estabelece uma dimensão de contiguidade que reforça a massa crítica territorial e demográfica na ligação aos concelhos da Costa Vicentina e introduz freguesias para as quais, o sector da pesca tem alguma relevância: Odiáxere, tem na sua costa o extenso areal da Meia Praia e uma parcela da Ria de Alvor, registando uma actividade de pesca com duas componentes – pesca artesanal costeira e aquacultura de Ria; e Luz, com comunidades piscatórias na Luz e no Burgau – povoação partilhada pela freguesia de Budens, Vila do Bispo - tem poucas embarcações com actividade mas uma memória que quer preservar, num contexto de dinamização de iniciativas tendentes à recuperação (directa ou indirecta) da actividade piscatória e de outras actividades com ela relacionadas.

Em síntese, as comunidades piscatórias abrangidas pela Área de Intervenção Costeira assumem uma dimensão expressiva e possuem uma ligação associativa forte. A relevância e coerência da actividade piscatória neste território é ilustrada pela relação de todas as freguesias abrangidas e comunidades identificadas com Capitánias de Porto estruturantes da orla costeira algarvia, designadamente Portimão e Lagos.

2.2. Caracterização Física e Socioeconómica detalhada das principais Actividades Económicas desenvolvidas nas zonas identificadas

(a) Padrão de especialização regional e importância da pesca

O território-alvo da presente candidatura corresponde ao território das freguesias do Barlavento. O Barlavento constitui a sub-região algarvia em que a especialização turística mais se faz sentir (com ênfase nos concelhos do Barlavento Litoral) e onde se encontra a génese desta actividade na Região do Algarve. A geografia confere ao Algarve uma situação periférica em termos nacionais e europeus, característica que trouxe constrangimentos ao

processo de desenvolvimento. No entanto, nas últimas três décadas a Região, considerada outrora umas das menos desenvolvidas de Portugal, com baixos níveis de qualidade de vida, emigração massiva, economia baseada na agricultura e pescas e indústrias associadas, sofreu uma transformação estrutural, com base na emergência do turismo que levou a que o Algarve se tornasse uma das mais atractivas de Portugal, em termos populacionais (cf. Censos 1991-2001).

No âmbito do novo período de programação dos fundos estruturais (2007-2013), o Algarve deixou o grupo das regiões Convergência da União Europeia, constituindo a segunda região NUTS II com maior PIB *per capita* e poder de compra, somente superada pela NUT de Lisboa. Quatro concelhos algarvios (Albufeira, Faro, Loulé e Portimão) encontram-se na lista dos quinze concelhos com maior poder de compra em Portugal e a circunstância de os mesmos albergarem comunidades piscatórias deve ser encarada também na perspectiva dos benefícios (directos e indirectos) desses índices de desenvolvimento, nomeadamente ao favorecerem a captação de segmentos da procura que valorizem produtos turísticos alternativos e/ou compósitos, nos quais adquira preponderância a evolução/transformação progressiva das actividades piscatórias.

A sobre-especialização na imobiliária turística criou elevados custos de oportunidade ao investimento noutros sectores que não ligados ao Cluster Turismo/Lazer o que levou à quebra dos ritmos de crescimento e da relevância económica de actividades não relacionadas, mesmo aquelas tradicionalmente fortes na Região, como o agro-alimentar e as próprias pescas.

O Mar assumiu sempre um papel preponderante nas actividades económicas regionais, desde a pesca ao comércio e com uma importância transversal a todo o Algarve que ganha relevância se pensarmos na criação de um *Cluster* do Mar, que englobe toda a fileira de actividades que vão desde o turismo e lazer à biotecnologia azul, abrangendo as pescas e a aquacultura.

O sector das pescas é historicamente importante para a identidade do Algarve. No entanto, e apesar desta relevância, generalizou-se a ideia que o sector é pouco produtivo e que vive um declínio irreversível, acentuado pela diminuição dos *stocks*, ainda que se verifique um consumo elevado de peixe *per capita*, revelador da procura potencial existente. A pesca artesanal tem uma relevância económica e social grande, continuando a existir um número significativo de comunidades piscatórias em actividade. Estas comunidades são importantes

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

reservatórios da memória colectiva regional, em termos de património histórico e de tradições de ocupação e actividade com valor económico. Para além destes importantes factores de identidade territorial, existe potencial latente de crescimento (sobretudo, da pesca artesanal) que as comunidades piscatórias poderão absorver com valor acrescentado favorável, em particular se visarem procuras mais informadas com as preocupações de sustentabilidade ambiental, designadamente alguns nichos de mercado específicos: turismo responsável, eco-turismo, pesca-turismo, turismo de habitação, organizado segundo requisitos de qualidade e socialmente valorizado, gastronomia de sabores do mar,

Na Região existem recursos pelágicos importantes, uma frota significativa e conhecimento tácito acumulado. As Ciências Marinhas constituem um dos pontos de grande dinamismo da Universidade do Algarve, assumindo-se como principal área de investigação científica. No entanto, existe a necessidade de incorporar no estudo do percurso do mar novas abordagens socio-económicas, não focalizadas estritamente em questões biológicas, que permitam uma compreensão mais profunda de uma realidade actualmente multifacetada. O sector do aquacultura assume uma importância estratégica face à diminuição dos *stocks* piscatórios e ao crescente consumo de peixe.

(b) As pescas no quadro das perspectivas de desenvolvimento regional e ordenamento do território

Em termos de intervenção estratégica e operacional três importantes Documentos recentes de planeamento e programação da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve destacam a importância do sector da pesca para o Algarve: o *Programa Regional de Ordenamento do Território Algarve (PROT Algarve)*, a *Estratégia Regional para 2007-2013* e o *PRI Algarve – Plano Regional de Inovação*.

No **PROT Algarve** é proposto um eixo (Eixo 4 - “Promover a Diversificação da Base Económica e a Emergência da Sociedade do Conhecimento”) que pretende, numa das suas linhas estratégicas, a recuperação do papel exportador da agricultura, pescas e aquicultura, e das indústrias transformadoras a jusante, bem como a integração destes sectores na cadeia de fornecimentos à procura turística. No mesmo Documento é apresentada uma *Estratégia Regional para as Pescas* (Vol. III, pag. 42-44) que objectiva a necessidade da redução do esforço de pesca, a promoção da recuperação dos mananciais de pesca, a valorização dos produtos do sector, a melhoria de infra-estruturas de apoio e a preservação de “habitats” essenciais.

Na **Estratégia Regional do Algarve** foram formuladas várias linhas de actuação no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional: *(i)* ajustar o esforço de pesca e a capacidade produtiva aos recursos disponíveis; *(ii)* promover planos de ordenamento pesqueiro e de recuperação dos principais recursos explorados; *(iii)* revitalizar o sector de comercialização do pescado e ampliar a oferta de pescado de qualidade; *(iv)* fomentar o desenvolvimento tecnológico para expandir a produção e recuperar o papel «exportador» das pescas, designadamente reforçando a investigação neste domínio de forma a gerar instrumentos inovadores e complementares às tradicionais medidas técnicas de gestão; e *(v)* intensificar a penetração internacional da produção de sal.

A importância da aquacultura surge também destacada com a intenção de: *(i)* estimular a melhoria das actividades da aquacultura tradicional, como a criação de moluscos, que são importantes para a preservação do tecido social e ambiental; *(ii)* intensificar a investigação aplicada ao sector, designadamente no domínio da diversificação das espécies e dos sistemas de produção de peixes e moluscos, das tecnologias e automação aplicadas à gestão dos sistemas de cultivo e apoio, da patologia e da transformação e conservação do pescado; *(iii)* estimular a criação/dinamização de cooperativas e de organizações/associações de produtores/comerciantes dos produtos da aquacultura; e *(iv)* incrementar a quota exportadora dos produtos da aquacultura.

No **PRIAlgarve** a pesca e a aquacultura integram o grupo de sectores seleccionados como essenciais para o futuro do Algarve e nos quais é possível conciliar a existência na Região, de recursos e massa crítica de investigação e desenvolvimento, colocados ao serviço da renovação da capacidade competitiva das actividades e da sustentabilidade do uso dos recursos. O Mar apresenta-se, segundo este Documento, como um recurso estratégico nas suas múltiplas vertentes; sendo o motor da economia regional do Algarve o Turismo, não subsistem dúvidas quanto à importância do Mar. A pesca e a aquacultura são sectores onde, com o conhecimento tácito e codificado existente, é possível impulsionar dinâmicas económicas, mobilizadoras de um capital de inovação. No entanto, o Documento sugere que o sucesso do sector depende da superação de vários problemas existentes que limitam a introdução de práticas inovadoras.

Na óptica do ordenamento, merecem referência os **Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sines- Burgau e Burgau-Vilamoura**, eficazes desde 1998 e 1999, respectivamente, que incluem uma série de intervenções de requalificação e valorização do

litoral, bem como o **Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina**, actualmente em fase de revisão.

No plano da programação estratégica do desenvolvimento, o **Plano Estratégico do Arade para 2007-2013** reserva um importante papel para a bacia dos Arade e a ligação com o Mar, enquanto elementos aglutinadores de toda a estratégia centrada no *upgrade* do complexo turismo-lazer, perspectivando a dinamização de uma série de projectos que articulam a vocação marítima com o turismo: consolidação do Porto de cruzeiros, navegabilidade do rio Arade, requalificação da ria de Alvor, o Aquário/Oceanário de Portimão, consolidação da Marina de Ferragudo, entre outros.

O território a abranger pela Estratégia de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do PROMAR, o Barlavento Litoral, tem a sua história, actividade económica e memória colectiva, intimamente interligadas com a pesca. Actualmente a actividade central das freguesias abrangidas, relaciona-se com a actividade turística mas é importante relembrar o interesse que o sector tem na identidade regional, bem como a relevância social e económica decorrente da existência de comunidades piscatórias. A título de exemplo, a famosa Praia dos Pescadores, constitui motivo de atracção de turistas, sendo hoje ainda um importante referencial no imaginário do turista que visita o Algarve.

(c) Elementos de dinamismo económico e social

De acordo com um estudo recente (cf. *A Estrutura Económica do Algarve*, realizado pelo NERA – Associação Empresarial do Algarve e disponível em www.cria.pt), os concelhos da Área de Intervenção Costeira do Barlavento revelam indicadores interessantes assumindo um papel importante nas dinâmicas regionais, sendo de destacar: a forte vitalidade demográfica, com elevadas taxas de natalidade e baixo envelhecimento; e o importante peso da população estrangeira (Albufeira – 9,4%, Lagoa – 9,0%, Aljezur – 9,0; Vila do Bispo – 8,8; Lagos – 8,7%, Portimão – 5,5%, Silves – 6,0%), quando comparado com a média nacional (2,2%). Nesta evolução, distinguem-se Aljezur, Vila do Bispo e, em alguma medida, também Silves, com menor densidade populacional e revelando uma tendência de envelhecimento e quebra significativa da população jovem, com implicações em termos de actividade económica, sublinhando o papel central que a pesca continua a ter. Em termos de mercado de trabalho, Portimão é um dos principais centros urbanos do Algarve (juntamente com Loulé e Faro) e concentra uma importante parcela da população

empregada. Albufeira, Lagoa e Portimão apresentam taxas de actividade superiores à média regional e uma proporção da população empregada nos serviços superior às médias regionais (71%) e nacional (60%). No plano económico, Portimão é o terceiro concelho em termos de parque empresarial (atrás de Faro e Loulé) e com Albufeira junta os dois maiores pólos de atracção turística do Algarve (2.186.729 e 5.883.898 dormidas em 2005), representando 58,4% da procura regional e 22,7% da procura nacional. Em termos de oferta de alojamento, estes dois concelhos representam 58,9% das camas disponíveis em termos regionais e 22,3%, a nível nacional enquanto o indicador estada média é nestes concelhos mais de duas vezes superior à média nacional. Lagoa e Lagos assumem-se também como importantes pólos de atracção turística. Silves apresenta um produto complementar e atractivo, dado o seu importante e organizado património histórico e cultural, face ao segmento mais consolidado “Sol e Praia”. Aljezur e Vila do Bispo, possuem forte potencial no turismo de natureza.

No estudo citado, um exercício de agrupamento dos concelhos pelo seu perfil socio-demográfico com base num leque de cinquenta e cinco indicadores relativos a onze temas (Ambiente, Construção e Habitação, Educação, Empresas, Energia, Finanças Autárquicas, Mercado de Trabalho, Mercado Monetário e Financeiro, População e Território, e Saúde), permitiu construir uma tipologia que divide o Algarve em quatro grupos de concelhos. Portimão surge como um dos dois pólos regionais (o outro é Faro), os concelhos de Vila do Bispo, Lagos, Lagoa e Albufeira, surgem agrupados segundo a forte intensidade turística, nível de vida elevado, especulação imobiliária elevada e parque habitacional, com peso forte da habitação sazonal), enquanto Silves aparece integrado no cluster territorial do Algarve Intermédio, com concelhos mistos que integram freguesias urbanas e outras de cariz rural do interior algarvio. Um quarto agrupamento, definido como Interior Despovoado, inclui concelhos em processo intenso de desertificação abrangendo o concelho de Aljezur.

(d) A Fileira das Pescas – recursos e actividades económicas nos concelhos da Área Costeira do Barlavento

Esta alínea sistematiza um conjunto de elementos de caracterização das principais actividades económicas desenvolvidas nos concelhos da Área de Intervenção Costeira, com ênfase nas freguesias litorais e nas actividades piscatórias.

Albufeira. Até aos anos 50 do século passado, antes do despoletar da actividade turística na região algarvia e em particular em Albufeira, a actividade piscatória constituía uma das principais imagens da região e do concelho. Ela própria contribuiu para cimentar a imagem turística do destino, sobretudo nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, em que embarcações e pescadores trabalhavam em plena praia, perante os olhares curiosos dos turistas. Esta vertente etnográfica e tradicional, aliada à gastronomia com produtos do mar, peixes e mariscos, fez mais pelo turismo na altura que qualquer campanha promocional.

A actividade piscatória rapidamente cedeu lugar, quer em importância económica quer em mercado de emprego, à actividade turística, mais atractiva, segura e melhor remunerada. Contudo, ainda hoje, a presença dos pescadores na praia homónima constitui um factor de interesse e curiosidade por parte dos turistas e visitantes de Albufeira. Uma sombra daquilo que foi e afirmou Albufeira, esta actividade pode agora voltar a ser uma das bandeiras diferenciadoras da promoção turística do destino. É certo que nunca deixou de o ser, mas agora existirá oportunidade para ganhar relevo noutras dimensões e áreas de actuação empresarial.

Se ao nível da actividade piscatória se encontram reunidas as melhores condições logísticas de sempre, com a conclusão do moderno e apetrechado porto de pesca, ao nível do turismo, Albufeira detém de há anos a esta parte o título de capital do turismo, título este, sustentado pela expressividade dos valores apresentados ao nível da oferta da capacidade hoteleira, do número de turistas e das receitas geradas pelo sector, cerca de um terço dos valores globais da Região.

As principais comunidades piscatórias identificadas são Albufeira (pesca industrial) e Olhos d'Água (pesca artesanal). Na freguesia de Albufeira está a ser terminado um porto de pesca perto do porto de recreio (com lota própria e câmaras de frio), enquanto na freguesia de Olhos d'Água, existe acostagem tal como em outras praias, ainda que com muito menor dimensão. A criação de um mini-porto de abrigo nesta freguesia permitiu mais saídas para o mar por ano (barcos saíam anteriormente da praia) o que aumenta a quantidade de pesca descarregada.

Silves. Trata-se de um concelho interior de importante património histórico-cultural. Neste concelho, Armação de Pêra é a única freguesia que continua a ter uma comunidade piscatória relevante (trinta e três embarcações). Não existe porto de pesca e a atracagem continua a fazer-se na praia. Os apoios de pesca, construídos há três anos, estão muito

degradados. De uma comunidade de quarenta embarcações/pescadores cerca de vinte abandonaram a actividade e dedicam-se à actividade marítimo-turística – fazendo essencialmente o percurso da Nossa Senhora da Rocha. A freguesia de Pêra é particularmente relevante do ponto de vista da iniciativa de acções que envolvam uma componente turística, em articulação com a contígua freguesia da Guia (concelho de Albufeira).

Lagoa. Neste concelho, onde o turismo e a construção civil assumem importância central, a pesca “industrial” e a pesca artesanal marcam presença de relevo: a primeira pela existência do Porto de Pesca, e a pesca artesanal por um conjunto de comunidades piscatórias que correm, na actual geração, um risco sério de se extinguirem, enquanto ocupação e actividade.

As comunidades identificadas no concelho de Lagoa, são as seguintes: (i) Nossa Senhora da Rocha – comunidade que permanece com alguma vitalidade, com cerca de quinze embarcações no activo; os pescadores saem do areal da praia, onde beneficiam da existência de alguns apoios de praia (p.e., guinchos hidráulicos); (ii) Benagil – comunidade pequena onde a actividade piscatória é secundária e informal, com dez embarcações e uma pequena lota; é intenção do município requalificar o porto de pesca existente; (iii) Carvoeiro – muito pequeno porto de pesca, com um operador em actividade, com duas embarcações; (iv) Mexilhoeira – pequena comunidade piscatória na Ria; e (v) Ferragudo – existência de uma forte tradição em torno de um porto de pesca artesanal, com cinco embarcações em actividade.

Portimão. Outrora fundamentalmente baseada na pesca e nos seus produtos, a economia da região e de Portimão em particular, conheceu desde os anos 60 do século XX profundas alterações com impacte nos domínios social, ambiental, paisagístico e cultural.

Desde então, o modelo de desenvolvimento económico regista uma dependência quase exclusiva do Turismo, serviços e indústrias conexas, passando a pesca hoje em dia a ter uma dimensão praticamente residual, não representando mais do que 3% da população activa do Município. Apesar desta evolução, o Porto de Pesca de Portimão mantém-se como um dos mais importantes do país e o primeiro do Algarve em termos de pesca da sardinha.

A pesca de cariz industrial, associada a embarcações de maior dimensão e capacidade, está ligada ao concelho de Portimão. O principal ponto de desembarque é o Porto de Pesca de

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

Portimão, localizado em Lagoa e gerido pela Docapesca. Este Porto tem instalada a lota do Rio Arade – que se relaciona com os postos de vendagem de Albufeira, Armação de Pêra, Benagil e Olhos d'Água. Segundo a informação institucional da Docapesca (disponível em www.docapescas.pt) no edifício da lota, os circuitos operacionais desenvolvem-se em torno de dois pontos de venda (1ª venda): um referente ao cerco e outro à pesca artesanal e de arrasto. A lota possui duas câmaras frigoríficas para armazenagem refrigerada de pescado com a capacidade de 38 m³ cada e fornece gelo a embarcações e comerciantes. A fábrica de gelo instalada (escama) tem capacidade de produção de 10 toneladas diárias e de armazenagem de gelo produzido de 20 toneladas. No Porto de Pesca de Portimão, existem 24 armazéns para comerciantes de pescado com uma área de 216 m² cada, dotados de água doce, salgada e de energia eléctrica e que actualmente todos se encontram ocupados. No edifício da lota está instalada uma loja de aprestos destinada a apoiar os profissionais do sector onde poderão ser adquiridos artigos que vão desde as redes e os cabos, passando pelas tintas até às baterias, aos óleos e lubrificantes. Segundo a Barlapescas, existem, em permanência, cerca de quinze/dezasseis barcos provenientes de várias cidades, com destaque para Portimão, Alvor, Sagres, Lagos e Quarteira. A actividade pesqueira mais pesada, associada à indústria conserveira, muito importante como destino da produção pesqueira e grande empregador do concelho, no passado, decaiu fortemente nas últimas décadas.

No âmbito das *actividades da fileira do mar*, é importante referir que o enfoque central no turismo no concelho de Portimão foi acentuado recentemente com várias iniciativas de carácter internacional ligadas ao turismo náutico e motorizado (p.e., Fórmula Windsurfing World Championship, Global Ocean Race, Med Cup – Troféu Portugal, P1 World Championship – Grande Prémio de Portugal e Campeonato Internacional de Pesca Grossa). Em termos de infra-estruturas de acesso ao mar são de destacar a Marina de Portimão (com 620 pontos de amarração), o Porto de Recreio Bartolomeu Dias (com 69 pontos de amarração), o Porto de Recreio de São Francisco (com 74 pontos de amarração) e, ainda, mais 252 pontos do Clube Naval de Portimão. O Porto de Cruzeiros de Portimão com capacidade para receber estas embarcações, dispõe de uma grande variedade de facilidades de 1ª classe. Um conjunto de embarcações fornece serviços de pesca desportiva e de passeios pela costa, visita às grutas e subida do rio Arade que, em conjunto, abrangem dezasseis embarcações reconvertidas.

Em Alvor, por tradição terra de pescadores e mariscadores, existe uma comunidade de carácter mais artesanal tradicionalmente com força social e económica que ainda mantém, nos dias de hoje, um núcleo significativo de actividades ligadas ao mar e a Ria. Estas actividades conferem a Alvor, apesar da predominância da actividade turística, um cunho próprio, que urge salvaguardar e promover como património ímpar do ponto de vista económico social, ambiental e cultural.

Em termos de ordenamento, é de referir que no concelho existem dois estuários de grande importância ecológica que potenciam a pesca costeira (a Ria de Alvor e o Estuário do Arade) e que, nos últimos anos, ocorreu uma requalificação da zona ribeirinha de Alvor.

Lagos. Este é um concelho historicamente ligado ao mar, tendo atingido o seu período áureo no século XV em que, devido à sua localização frente a África, se tornou ponto de partida e chegada das naus que iam dando expressão aos Descobrimentos portugueses na costa desse continente, tornando-se o centro do comércio dos produtos exóticos, do marfim, do ouro e da prata de África. Mas já na época romana, Lagos exportava o peixe da sua costa, preparado, conservado e embalado, e nos séculos XII e XIV existem notícias do seu grande desenvolvimento piscatório. Em meados do séc. XIX, e após ter sido praticamente destruída pelo maremoto de 1755, a cidade e o concelho iniciam a recuperação da sua prosperidade com o comércio e a indústria de conservas de peixe, cuja actividade deixou marcas em algumas das suas freguesias litorâneas. Actualmente Lagos é um concelho predominantemente urbano, onde a pesca não deixa de ser um factor de cultura, com uma forte componente familiar ao mar que importa preservar. O Porto de Pesca de Lagos possui uma lota da Docapesca onde é transaccionado pescado proveniente das artes de cerco e da pesca artesanal, sendo uma das duas lotas da Delegação do Barlavento da Docapesca, a par com Sagres, a ter resultados de exploração favoráveis (Estudo para a *Avaliação da Comercialização de Pescado Fresco e Refrigerado em Portugal Continental*, TECNINVEST, 2007).

A lota de Lagos localiza-se na doca do Porto de Pesca de Lagos. No edifício da lota o circuito operacional desenvolve-se em torno de um ponto de venda onde é transaccionado pescado proveniente das artes do cerco e artesanal. A lota possui uma câmara frigorífica para armazenagem refrigerada de pescado com uma capacidade de 38 m³. No Porto de Pesca existem 19 armazéns para comerciantes de pescado com uma área de 130 m² cada e encontra-se instalada uma fábrica de gelo (escama) com capacidade de produção de 7,5

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

toneladas diárias e de armazenagem até 10 toneladas. Todos os armazéns estão dotados de água doce e salgada e energia eléctrica, actualmente, encontram-se totalmente ocupados.

As principais comunidades identificadas no concelho de Lagos são as seguintes:

- ✓ Luz – apesar de ter perdido a sua ligação à actividade piscatória, tem a sua origem relacionada com a forte presença de pescadores no litoral barlavantino, nomeadamente aquando do surto piscatório se fez sentir após a montagem dos arrais de armações de pesca nos séculos XV e XVI, existindo na época três armações para a pesca da sardinha, nas quais trabalhavam cerca de 90 homens (in www.cm-lagos.pt). Nesta localidade chegaram a laborar três fábricas, uma para preparar conserva de peixe em azeite, outras procediam à salga da sardinha. A Praia da Luz foi igualmente um pólo da caça à baleia durante o séc. XVI.
- ✓ Odiáxere – sendo uma localidade eminentemente rural, a sua ligação à Ria de Alvor e ao mar é muito forte, uma vez que se trata de uma zona privilegiada para a pesca e a cultura de moluscos bivalves. O marisqueio de bivalves, nomeadamente de conquilha, mediante o arrasto de cintura tem aqui forte expressão. As condições existentes nesta mesma Ria tornaram-na, por outro lado, apetecível para o desenvolvimento da aquacultura em regime semi-intensivo.

Aljezur e Vila do Bispo. Estes são concelhos eminentemente rurais, encontram-se também estreitamente relacionados com o mar e com os recursos pesqueiros e bastante dependentes (directa e indirectamente) da actividade piscatória desenvolvida na sua costa, ainda que com importância estatisticamente muito diferente: o peso da população dependente da pesca é de 12,3% no concelho de Vila do Bispo e de apenas 0,22% no concelho de Aljezur.

A importância do sector pesqueiro na Costa Vicentina, é atestada pelo volume de descargas: no ano de 2007, foram descarregadas mais de mil toneladas de pescado fresco ou refrigerado no valor de 6 425 mil euros, o que representa um ligeiro crescimento relativamente aos anos anteriores.

O litoral destes dois municípios, que constitui a chamada Costa Vicentina, é parte integrante de um litoral mais vasto, considerado um dos menos perturbados e mais bem preservados do sul da Europa, classificado como Parque Natural desde 1995 (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina).

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

A costa recortada, com várias enseadas com areal, permitiu desde sempre o desenvolvimento de actividades piscatórias e portuárias de relativa importância, bem como a interacção entre o território e o Atlântico e as respectivas actividades económicas que, em ambos os espaços, se desenvolviam.

A nível marinho, a natureza dos fundos da orla costeira, a confluência de três massas de água distintas - Mediterrânea, Atlântica temperada e Atlântica tropical - e a ocorrência de fenómenos de afloramento de águas profundas, contribuem para a presença de elevados níveis de biodiversidade marinha e para a produção piscícola, nomeadamente de espécies com elevado valor económico, cuja presença está estreitamente ligada com aquelas características dominantes.

Estes recursos pesqueiros e, nomeadamente, a actividade piscatória que lhes está associada, assumem relevante importância no contexto socioeconómico, numa costa onde as actividades económicas alternativas são limitadas. Esses mesmos recursos pesqueiros contribuíram para uma arraigada cultura de consumo de produtos da pesca, alguns dos quais se chegam a confundir/identificar com a costa onde são capturados (caso do sargo, do robalo e do percebe).

A pesca, nas vertentes local e costeira, a apanha manual e as actividades conexas, têm nesta costa, e apesar de se assistir a um abandono progressivo da actividade, um papel importante enquanto instrumentos fixadores da população, tendo estado na origem de algumas das povoações deste território.

A pesca local praticada, essencialmente do tipo artesanal, é uma pesca multiespecífica ou polivalente de pequena escala, que utiliza técnicas de captura selectivas e respeitadoras do meio marinho, e não só emprega directamente cerca de 3% a 4% da população como associa de forma indirecta as famílias dos pescadores, seja na comercialização das capturas ou no tratamento das artes em terra, como todo o sector da restauração, desempenhando um importante papel na economia desta região, assim como no tecido social das pequenas comunidades piscatórias.

A lota da Baleeira localiza-se no Porto de Pesca da Baleeira, freguesia de Sagres. No novo edifício da lota, que começou a funcionar no ano de 2001, os circuitos operacionais desenvolvem-se em torno de um ponto de venda onde é comercializado pescado oriundo das artes do cerco e da artesanal. A lota possui duas câmaras frigoríficas para armazenagem refrigerada de pescado, com 38 m³ cada. No edifício da lota da Baleeira encontra-se

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

instalada uma fábrica de gelo (escama) com capacidade de produção de 5 toneladas diárias e de armazenagem de gelo produzido de 12,5 toneladas. No porto de pesca da Baleeira existem 12 armazéns para acondicionamento e embalagem de pescado com uma área de 66 m² cada. Estas unidades reúnem todas as exigências higienico-sanitárias para a obtenção por do número de controlo veterinário. Os armazéns estão dotados de água doce e salgada e de energia eléctrica.

As comunidades piscatórias identificadas nestes concelhos, são as seguintes:

- ✓ Arrifana – uma comunidade que mercê das obras realizadas no seu portinho foi a única da Costa Vicentina que, nos últimos anos, registou um aumento do número de embarcações: actualmente, operam em permanência 25 embarcações. Dispõe de duas rampas de varadouro, uma delas equipadas com gancho e grua hidráulica. O Posto de vendagem da Docapesca, equipado com câmara frigorífica e fábrica de gelo, funciona para recepção, classificação e acondicionamento do pescado, que posteriormente é transportado para a Baleeira em carrinha térmica da Associação de Pescadores do Portinho da Arrifana e Costa Vicentina.
- ✓ Carrapateira – uma comunidade que personaliza a ligação entre a terra e o mar na Costa Vicentina, possui dois portinhos de pesca, a Zimbreirinha e o Forno, este último mais recente, possui guincho e um conjunto de arrecadações de apoio à actividade, uma delas de utilização comum, equipada, pela autarquia, com câmara frigorífica. Entre os dois portinhos, trabalham cerca de uma dezena de embarcações.
- ✓ Baleeira – o Porto de Pesca de maior relevância na Costa Vicentina, concentrando-se aqui grande parte do pescado capturado nos restantes portinhos, por ser a única em que funciona o sistema de 1^a venda do pescado em leilão. Trata-se do único Porto em que a pesca costeira opera, recebendo embarcações registadas em portos de todo o país (Vila do Conde, Figueira da Foz, Peniche e mesmo, Tavira).
- ✓ Salema – pequena vila piscatória ligada ao mar desde longa data, existindo aqui ruínas de uma “villa” romana e de uma fábrica de conservas de peixe, testemunhos da longa tradição piscatória da Salema. A praia funciona como um pequeno porto de pesca, em que operam 15 embarcações. O troço central da praia está ocupado por embarcações e pelas respectivas artes de pesca, como os covos e os aparelhos de anzol. O prolongamento e a recuperação da rampa de varadouro existente são

consideradas acções de carácter prioritário a nível regional, sendo o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade o responsável pela sua realização (Plano de Acção para o Litoral, 2007-2013).

- ✓ Burgau – uma pequena enseada abrigada das intempéries com praia que funciona como porto piscatório onde a pesca artesanal domina, com particular destaque para as artes de emalhar, de anzol e de armadilha utilizadas por cerca de dezena e meia de embarcações.

2.3. Descrição das Actividades realizadas actualmente no Território

(a) Elementos quantitativos de referência e estimativas de evolução recente

A pesca continua a ter um peso muito relevante em Portugal, representa cerca de 1% da população empregada masculina, sendo que este valor aumenta substancialmente até 6% quando se analisa as zonas costeiras (cf. Censos 2001). Para além desta importância directa existe um importante efeito de arrasto desta actividade. Usualmente é referido que por cada emprego existente no mar são criados aproximadamente dez em actividades relacionadas em terra (cf. Goulding, I. et al., (2000) *Regional socio-economic studies on employment and the level of dependency on fishing*, Commission of the European Communities, Directorate-General for Fisheries).

No Algarve a pesca continua a ter uma grande relevância económica. Apesar do decréscimo acentuado no número de embarcações licenciadas subsistem cerca de quarenta comunidades piscatórias, $\frac{3}{4}$ de muito pequena dimensão. Segundo os dados do INE para 2006 (e cálculos próprios) no sector trabalham aproximadamente 1,25% da população da Região. Os pescadores no Algarve representam quase trinta por cento do total no país e um quinto das embarcações portuguesas são algarvias. Em 2006, existiam 1736 embarcações com motor e 223 embarcações sem motor registadas. As pescas na Região representam cerca de 21% em volume e 28% valor do pescado descarregado em Portugal. Existem 31 barcos de arrasto e 88 barcos de cerco. A frota local compreende 75% embarcações de actividade artesanal (principalmente de polvo, choco, sparídeos – dourada e pargo). De 1990 a 2002, houve uma quebra de 38% no número de pescadores e de 42% na frota, mas verificou-se um aumento do número de pessoas por barco. Entre 1980 a 2002, ocorreu um decréscimo de 17% na quantidade de pescado descarregado, sendo que o valor aumentou

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

5,8 vezes. Em quantidade de pescado descarregado os portos que assumem maior relevo são os de Olhão e Portimão. Em valor económico, o primeiro porto continua a ser o porto de Olhão seguido de Vila Real de Santo António, que adquire grande destaque devido à importância dos crustáceos e ao facto de constituir uma das portas de entrada no mercado espanhol.

Em relação à aquicultura, o Algarve produz 55% em quantidade e 68% em valor da produção nacional aquícola, valores muito expressivos e potenciados pela existência de duas zonas lagunares excelentes: a Ria Formosa e a Ria de Alvor. O Algarve tem 71% das unidades licenciadas e 80% da área ocupada em Aquicultura em Portugal. A piscicultura e a moluscicultura representam 0,91% do emprego da Região. Existem 31 unidades de piscicultura, 12 das quais com actividade regular. Uma das grandes dificuldades na aquicultura reside na existência de várias licenças aprovadas e emitidas sem estarem em utilização.

Na piscicultura, as principais espécies são a dourada e o robalo, enquanto na moluscicultura existem cerca de 1500 viveiros que representam cerca de 15.000 hectares e 90% da produção nacional nas produções de amêijoas-boas e ostras. O marisqueio emprega aproximadamente 3.000 pessoas e está baseado na Ria Formosa, no Rio Arade e na Costa Vicentina. Existem oito centros de depuração/expedição, numa actividade que inclui a apanha de amêijoas de semente para povoamento de viveiros. As outras espécies mais importantes do marisqueio são o berbigão, a ameijoa-cão, a ameijoa-macha e o lingueirão. O marisqueio estima-se em 15.000 toneladas/ano. Actividades com alguma relevância regional são, ainda: a apanha de animais marinhos, que compreende as águas oceânicas [com 100 licenças registadas na Capitania de Lagos (Estatísticas da Pesca, 2007)] e as águas interiores marítimas, com 51 apanhadores registados e 162 arrastos-de-mão; e a salicultura, uma actividade interessante, principalmente pela tendência actual de revitalização de algumas salinas e do modo tradicional de produção. A produção algarvia de sal marinho representa 90% do total nacional.

Com base na utilização de dados secundários procurou-se extrapolar valores consistentes para algumas variáveis relevantes em termos de evolução recente (2005, 2006 e 2007) nas freguesias envolvidas na presente candidatura. As freguesias incluídas foram:

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

- ✓ *Freguesias litorais ou litorâneas* (Anexo I da Portaria N° 828-A/2008): Odeceixe, Rogil, Aljezur, Bordeira, Vila do Bispo, Sagres, Raposiera, Budeus, Ferragudo, Parchal, Estombar, Carvoeiro, Lagoa, Porches, Armação de Pêra, e Pêra.
- ✓ *Outras Freguesias litorâneas*: Olhos d'Água, Albufeira, Guia, Tunes, Luz, Sta. Maria, S. Sebastião, Odiáxere, Alvor e Portimão.

Para a População Residente efectuou-se uma extrapolação que partindo dos valores indicados para as freguesias nos Censos 2001 recorre aos Anuários Estatísticos do INE com valores estimados da população residente no Algarve¹.

Para a População Activa procedeu-se a uma extrapolação que partindo dos valores indicados da População Activa para as freguesias nos Censos 2001 recorre aos Anuários Estatísticos do INE com valores estimados da população residente no Algarve².

Evolução recente dos principais Indicadores da Área Costeira de Intervenção

Evolução recente	2005	2006	2007	Fonte
População Residente (n°)	132.038	133.393	134.800	Cálculos Próprios, com base em INE
População Activa (n°)	69.803	70.531	71.286	Cálculos Próprios, com base em INE
População Dependente da Pesca (n°)	9.509	9.543	9.577	Cálculos Próprios, com base em INE
Embarcações de Pesca (n.º)	774	757	740	INE
Descargas de Pescado (Euros)	24.002.590,00 €	14.514.563,00 €	14.979.620,00 €	DGPA
PIB (Euros)	1.689.880.245,70 €	1.851.873.147,48 €	2.029.372.301,55 €	Cálculos Próprios, com base em INE

Para calcular o número de embarcações de Pesca foram utilizados os valores indicados pelos Anuários Estatísticos do INE para as embarcações matriculadas no Porto de Portimão, que inclui as Capitánias de Portimão e Albufeira: em 2005 – 354 embarcações a motor e 14 sem motor; em 2006 – 343 com motor e 14 sem). Para 2007, apresenta-se um valor estimado com base no prolongamento de tendência.

¹ *Fórmula de Cálculo*: População residente, por freguesia, no ano - t = (população residente, por freguesia em 2001 x População Residente no Algarve no ano t) / População residente no Algarve, em 2001.

² *Fórmula de Cálculo*: População residente, por freguesia no ano t = (população residente, por freguesia, em 2001 x População Residente no Algarve no ano t) / População residente no Algarve, em 2001.

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

A População Dependente da Pesca representa um indicador baseado no número de pescadores matriculados (INE) adicionado do número de empregos criados em terra x dimensão média do agregado familiar. Segundo a estimativa de Goulding et al., no Algarve o emprego total representava 1,878 vezes o volume de emprego directo na pesca.

A estimativa das descargas de Pescado reflecte os Desembarques por Lota (valores da DGPA para Portimão em toneladas) x preço médio euro/quilo. **(DGPA, Série Recursos da Pesca – Série Estatística, volume 21 A-B, 2007, volume 20 A-B, 2006 e volume 19 A-B, 2005, publicados em Agosto de 2008).**

Estimativas da População e da Economia das Pescas para a Área Costeira do Barlavento

Concelho	Freguesia	População Residente (n.º)	População Activa (n.º)	População Dependente da Pesca (n.º)	Embarcações de Pesca (n.º)	Descargas de Pescado (Euros)
2005						
Albufeira	Albufeira	17.126	9.914	1452		211.974,00
	Guia	3.829	2.115	310		
	Olhos D'Água	3.397	1.960	287		1.695,00
Lagoa	Estombar	4.913	2.537	372		
	Ferragudo	1.968	914	135		
	Lagoa	6.395	3.460	507		
	Porches	2.006	1.024	150		
	Carvoeiro	2.936	1.401	206		18.620,00
	Parchal	3.563	1.959	287		
	Portimão	5.249	2.677	393		10.855.770,00
Portimão	Alvor	38.226	19.812	2.904		
	Armação de Pêra	3.976	2.204	303		333.412,00
Silves	Pera	2.058	979	19		
	Tunes	2.133	1.038	2		
	Odiáxere	1.249	2.777	251		
Lagos	Lagos (Santa Maria)	7.183	3.464	318		
	Lagos (S. Sebastião)	11.897	5.810	533		5.787.488,00
	Luz	3.791	1.465	135		
	Aljezur	2.679	1.059	72		18.942,00
Aljezur	Bordeira	472	150	11		
	Odeceixe	891	385	26		
	Rogil	1.359	549	38		
	Budens	1.503	608	225		
Vila do Bispo	Raposeira	459	177	66		
	Sagres	1.867	962	356		6.920.874,00
	Vila do Bispo	913	405	150		
	Total		132.038	69.803	9.509	774

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

(continua)

Concelho	Freguesia	População Residente (nº)	População Activa (nº)	População Dependente da Pesca (nº)	Embarcações de Pesca (n.º)	Descargas de Pescado (Euros)
2006						
Albufeira	Albufeira	17.318	10.026	1.461		144.160,00
	Guia	3872	2.138	312		
	Olhos D'Água	3435	1982	289		1.288,00
Lagoa	Estombar	4968	2.565	374		
	Ferragudo	1990	925	135		
	Lagoa	6467	3498	510		
	Porches	2029	1036	151		
	Carvoeiro	2969	1416	207		15.795,00
	Parchal	3603	1981	288		
	Portimão	5308	2707	395		7.845.922,00
Portimão	Alvor	38.656	20034	2.920		
	Armação de Pêra	4.021	2229	304		274.017,00
	Pera	2.081	990	19		
Silves	Tunes	2.157	1050	1		
	Odiáxere	1.263	2.808	254		
	Lagos (Santa Maria)	7.263	3.503	319		
Lagos	Lagos (S. Sebastião)	12.031	5.876	534		3.821.430,00
	Luz	3.833	1.481	135		
	Aljezur	2.677	1.058	71		18.352,00
Aljezur	Bordeira	467	148	10		
	Odeceixe	882	381	26		
	Rogil	1.404	566	38		
	Budens	1.486	601	222		
Vila do Bispo	Raposeira	463	178	67		
	Sagres	1.849	953	352		11.687.264,00
	Vila do Bispo	903	400	148		
	Total	133.393	70.531	9.543	757	14.514.563,00
2007						
Albufeira	Albufeira	17.517	10.141	1.470		475.208,00
	Guia	3.916	2.163	314		
	Olhos D'Água	3.475	2.005	291		596,00
Lagoa	Estombar	5.025	2.595	376		
	Ferragudo	2.013	935	136		
	Lagoa	6.541	3.539	513		
	Porches	2.052	1.048	152		
	Carvoeiro	3.004	1.433	208		18.696,00
	Parchal	3.644	2.003	290		
	Portimão	5.370	2.738	397		8.186.958,00
Portimão	Alvor	39.101	20.265	2.937		
	Armação de Pêra	4.067	2.255	306		253.598,00
	Pera	2.105	1.001	18		
Silves	Tunes	2.181	1.062	0		
	Odiáxere	1.277	2.841	256		
	Lagos (Santa Maria)	7.347	3.543	319		
Lagos	Lagos (S. Sebastião)	12.170	5.943	535		4.433.792,00
	Luz	3.877	1.499	135		
	Aljezur	2.675	1.057	70		21.981,00
Aljezur	Bordeira	462	146	10		
	Odeceixe	872	377	25		
	Rogil	1.448	584	39		

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

(cont.)

Concelho	Freguesia	População Residente (nº)	População Activa (nº)	População Dependente da Pesca (nº)	Embarcações de Pesca (n.º)	Descargas de Pescado (Euros)
2007						
Vila do Bispo	Budens	1.469	594	219		
	Raposeira	467	180	67		
	Sagres	1.831	943	348		6.403.551,00
	Vila do Bispo	892	396	146		
Total		134.800	71.286	9.577	740	14.979.620,00

Fonte: Cálculos Próprios, com base em INE e DGPA.

Para o PIB da Área de Intervenção do GAC Barlavento inferiu-se, com base nos valores do PIB regional do Algarve (Anuários do INE), um valor proporcional com base na População Activa de cada freguesia.

Estimativa do PIB da Área de Intervenção Costeira do Barlavento

Un.: Euros

Concelho	Freguesia	2005	2006	2007
Albufeira	Albufeira	219.181.299,94	240.421.549,63	263.720.132,79
	Guia	49.000.931,13	53.749.474,97	58.958.186,98
	Olhos D'Água	43.479.889,58	47.693.404,65	52.315.239,74
Lagoa	Estombar	62.877.778,85	68.971.089,37	75.654.885,66
	Ferragudo	25.188.908,40	27.629.895,40	30.307.431,65
	Lagoa	81.843.703,98	89.774.949,52	98.474.789,99
	Porches	25.674.868,05	28.162.948,04	30.892.140,95
	Carvoeiro	37.580.879,41	41.222.737,83	45.217.518,61
	Parchal	45.599.213,60	50.018.106,46	54.865.221,93
Portimão	Portimão	67.183.921,28	73.694.528,08	80.836.059,67
	Alvor	489.239.875,21	536.650.749,71	588.656.080,10
Silves	Armação de Pêra	50.890.774,21	55.822.457,48	61.232.056,45
	Pera	26.336.313,12	28.888.491,92	31.687.995,26
	Tunes	27.294.733,54	29.939.790,19	32.841.171,92
Lagos	Odiáxere	15.982.672,85	17.531.509,19	19.230.438,95
	Lagos (Santa Maria)	91.927.366,67	100.835.791,89	110.607.507,81
	Lagos (São Sebastião)	152.267.356,24	167.023.161,90	183.208.911,61
	Luz	48.514.971,48	53.216.422,33	58.373.477,69
Aljezur	Aljezur	34.287.076,55	37.164.325,98	40.271.245,44
	Bordeira	6.040.873,51	6.483.279,88	6.955.258,09
	Odeceixe	11.398.309,21	12.237.711,37	13.133.695,15
	Rogil	17.395.667,95	19.484.546,70	21.796.152,95
Vila do Bispo	Budens	19.241.206,01	20.629.879,87	22.109.290,11
	Raposeira	5.869.374,13	6.427.748,57	7.036.553,32
	Sagres	23.894.726,36	25.669.345,81	27.565.102,95
	Vila do Bispo	11.687.554,43	12.529.250,73	13.425.755,77
Total		1.689.880.245,70	1.851.873.147,48	2.029.372.301,55

Destas estimativas podem ser retidas algumas ideias-chave: (i) verifica-se um aumento generalizado da população residente, evidenciando a atractividade das freguesias do Algarve, captando residentes de outras zonas de Portugal mas também população estrangeira; (ii) a população activa aumentou; (iii) o sector da pesca regista uma quebra contínua no número de embarcações, em particular nas embarcações a motor; (iv) nas freguesias indicadas, o sector tem vindo a perder considerável peso e estima-se que, neste período, tenha caído cerca de três e meio por cento a população dependente da pesca; (v) o volume de pescado descarregado regista uma forte quebra (- 40,9% em três anos) sendo que os valores apresentados pelo INE (apenas para 2005 e 2006) seguem a mesma tendência; e (vi) o Algarve vê o seu produto interno bruto crescer fortemente, projectado pela dinâmica de actividades do sector terciário.

As Estatísticas do Sector da Pesca sofrem um enviesamento (frequentemente reconhecido), ao nível de emprego, número de pescadores, pescado descarregado, devido ao peso excessivo das actividades não declaradas que podem alterar os termos das análises, fazendo com que o florescimento da economia informal atenuie (ilusoriamente) as quebras existentes nas estatísticas do sector.

(b) Elementos de caracterização qualitativa

Na fase de preparação do Dossier de Candidatura do GAC do Barlavento Algarve, e tendo em vista atenuar estas lacunas na informação secundária, foi decidido empreender várias reuniões de trabalho com as entidades parceiras, organizar um levantamento documental junto dos principais intervenientes do sector e realizar um conjunto de entrevistas semi-estruturadas a actores relevantes das várias entidades ligadas ao sector e às entidades parceiras do GAC em constituição.

O guião proposto tinha como objectivos: (i) Identificar freguesias, portos ou locais de desembarque, caracterização sucinta das comunidades piscatórias, adaptação das comunidades aos desafios do sector; (ii) Compreender a situação actual e pontos de partida (população, emprego, produção, qualidade de vida) e reconhecer problemas e limitações específicas das comunidades; (iii) Identificar recursos materiais e imateriais, capacidades e competências existentes ou latentes potenciadoras do sucesso de uma intervenção estratégica; (iv) Estruturar um conjunto de intervenções de carácter tangível e intangível relevante na óptica dos actores envolvidos; e (v) Perceber como se perspectiva o

relacionamento dos diferentes actores, a operacionalização da administração/governança do Grupo de Acção Costeira e o estabelecimento de um Secretariado técnico.

A aplicação do guião permitiu recolher ideias que contribuíram para robustecer várias secções de estruturação do Dossier de Candidatura com uma visão mais próxima das realidades sociais, económicas e territoriais. Em particular, permitiu enquadrar um leque de tendências gerais no sector e para o território litorâneo envolvido.

↳ *Tendências gerais:*

- Declínio em termos de licenças e em termos de pescadores, frequentemente potenciado pelas condicionantes legislativas da União Europeia que favorecem as soluções de abate.
- Tentativa generalizada de complementar os rendimentos de pesca com a actividade marítimo-turística; no entanto, a emissão de licenças envolve um complexo processo burocrático.
- Maior qualidade de vida face ao passado, apoiada numa maior pluriactividade, ainda que parte das comunidades piscatórias não tenham beneficiado em idênticas condições das melhorias que a população em geral tem sentido.
- Arrendamento de casas pelos pescadores no Barlavento durante o Verão para garantirem algum rendimento extra, utilizando os apetrechos de pesca como residência nesse período.
- Diminuição do volume de pescado descarregado independentemente da veracidade dos números, a um ritmo mais intenso do que o crescimento dos preços médios.
- Aumento do número de tripulantes por barco, fruto da modernização de algumas embarcações.

↳ *Tendências territoriais específicas*

Portimão. Observa-se alguma degradação da qualidade de vida dos pescadores, principalmente dos associados à pesca artesanal, hoje convertida em pesca de subsistência. Existe uma reconversão de muitas embarcações artesanais para passeios pela costa, visita às grutas e subida do rio Arade.

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

Lagoa. A pesca artesanal só é viável economicamente, caso exista uma complementaridade de rendimentos provenientes de outras actividades, nomeadamente as de carácter marítimo-turístico.

Silves. A informação da Docapesca referente a Armação de Pêra, aponta para uma diminuição acentuada entre 2005 e 2007: de 263 mil euros, em 2006, para menos de metade, em 2007.

Albufeira. Em 2000, os estudos do IPTM previam uma quebra superior à que hoje se verifica. Actualmente, existem 63 embarcações, acima das 50 apontadas pelo cenário traçado. A análise do concelho efectuada para a Avaliação do PDM – Plano Director Municipal em 2003 evidenciava um aumento das embarcações de recreio, a manutenção das costeiras e a diminuição das embarcações de pesca local (dados de 1991 a 2003). O volume de pescado transaccionado, regista uma grande diminuição, mas o valor por quilo actualmente é o mais alto de sempre.

A construção do mini-porto de abrigo alterou completamente a realidade da comunidade piscatória dado que anteriormente os barcos saíam directamente da praia. A nova infraestrutura aumentou os dias de pesca (de 100 dias para 200-250 dias por ano), trouxe uma nova apetência para a pesca, com uma maior envolvência de jovens e de outros pescadores que tinham saído e que regressaram à actividade, impulsionando uma tendência a crescer ligeiramente, com a melhoria das condições e da rentabilidade da pesca.

Lagos. O urbanismo e a elevada taxa de procura turística que se faz sentir neste concelho converteu uma parte da pesca praticada para o turismo, nomeadamente passeios na costa, às grutas, etc. Contudo a pesca artesanal ainda domina nas transacções na Lota de Lagos, e as capturas têm-se mantido relativamente estáveis nos últimos três anos.

Vila do Bispo. A pesca artesanal tem um elevado peso social e económico neste concelho, e as suas capturas dominam fortemente as transacções na lota de Sagres. A melhoria dos portinhos de pesca do Burgau e da Salema são importantes para a manutenção da actividade nessas localidades bem como da identidade cultural associada ao sector.

Aljezur. A exiguidade dos portinhos de pesca existentes neste concelho condiciona o crescimento da actividade, contudo, as recentes obras no portinho da Arrifana, que o dotaram de melhores condições de segurança, permitiram o regresso de antigos pescadores e a instalação de novas embarcações oriundas de outros portinhos. O portinho do Forno,

também intervencionado a nível de equipamento, permitiu uma melhoria da prática da actividade, que será substancial se forem realizadas as obras de protecção do portinho.

2.4. Identificação de problemas ou limitações que afectam grupos específicos

(a) Principais dimensões-problema identificadas

Os elementos qualitativos recolhidos junto dos actores-chave intervenientes na constituição do GAC Barlavento sustentam que o sector da pesca tem, em termos gerais, fortes debilidades: (i) ao nível dos recursos (carência de espécies/*stocks* do pescado); (ii) ao nível económico (capacidade de valorizar a produção e sustentabilizar rendimentos, num contexto de redução das capturas); e (iii) ao nível social (dificuldade de atracção de jovens).

No plano económico, a falta de organização dos pescadores no sistema de venda, coloca-os na dependência dos cartéis de compradores que operam nas lotas. No entanto, o funcionamento mais dinâmico e aberto das lotas pode contrariar a tendência de concentração da procura e a venda em lota, tende a garantir o pronto pagamento aos pescadores, fundamental na pequena pesca, para a sobrevivência das unidades.

As lotas de Portimão e Lagos concentram a maior parte do pescado na sub-região, seguindo o restante directamente para a restauração e hotelaria e observando-se um enorme diferencial entre o preço do peixe na lota e o preço do peixe vendido no mercado paralelo. O problema da intermediação gera um desfazamento de preços no produtor e no consumidor, ocorrendo margens maiores, sobretudo, no circuito da venda a retalho, um circuito importante e para a pesca porque diversifica a procura.

Do ponto de vista de muitos pescadores, o preço do pescado só é atractivo para o produtor no Verão. Importa, todavia, não menosprezar o peso da venda informal enquanto elemento distorcedor das relações de mercado e alimentada pelas estratégias de rendimento das famílias, frequentemente à margem do fisco e da segurança social.

Na óptica da valorização social das profissões da pesca, da diversificação de actividades e de fluxos de rendimento das comunidades piscatórias, afigura-se importante que o trabalho de dinamização do GAC do Barlavento do Algarve desenvolva uma actividade de sensibilização e de integração gradual destas actividades e meios de acesso ao rendimento, na economia formal.

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

No quadro de dimensões-problema sistematizadas ao longo das reuniões de trabalho realizadas, salientam-se ainda os problemas e limitações seguintes:

- tensão entre pescadores que passam o peixe pela lota e os que não passam;
- dúvidas quanto aos valores/estatísticas do sector (sub-avaliados) mas cuja divulgação dos valores verdadeiros causa receio nas comunidades;
- processo complexo e especulativo em torno da emissão de licenças de pesca;
- necessidade de maior extensão das águas territoriais para salvaguardar recursos próprios (ZEE pertencente à União Europeia);
- necessidade de distinguir nas medidas dirigidas à pesca, as orientadas para a pesca artesanal e as destinadas à pesca industrial;
- limitações de auto-organização dos pescadores, com necessidades objectivas de reestruturação empresarial e de actividades;
- situação financeira delicada da Docapesca e existência de conflitos latentes com o IPTM, referentes, p.e., à competência de manutenção de equipamentos colectivos, de apoio à pesca;
- artes abandonadas na costa – redes que prejudicam os “habitats” e a própria pesca, bem como a segurança dos pescadores;
- condições de venda (informal) do pescado aos restaurantes.

Entre os problemas referidos que são mais vincados nas comunidades piscatórias dos concelhos abrangidos, destacam-se:

Albufeira. Emissão de licenças marítimo-turísticas com muita demora – apenas duas emitidas no último ano, num contexto de procura muito inferior; Condições provisórias do Porto, constituem motivo de insatisfação mas serão ultrapassadas em breve.

Portimão. Barcos registados no Porto de Pesca que vendem noutras lotas; Condições de vida dos pescadores da pesca artesanal em degradação, motivada pela quebra dos rendimentos; Envelhecimento da população de pescadores e reduzida capacidade para atrair jovens; Queda intensa do número de embarcações e dos pescadores em actividade; Falência das conserveiras com reflexos na dinâmica de mercado aos produtos da pesca; Dificuldade de adaptação das competências dos membros das comunidades piscatórias aos desafios actuais.

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

Lagoa. Diferenças de preços entre produtor e consumidor na origem da negociação paralela de uma importante parcela do pescado; Reduzida significação social da profissão (estatuto social e condições sociais), semelhante ao mundo rural.

Silves. Pescadores de Armação de Pêra revelam tendência a dirigirem-se para Albufeira por razões de segurança (possibilidade de amarração); Falta de verbas condiciona disponibilização pela Câmara do Porto de abrigo.

Vila do Bispo. Falta de obras de prolongamento e a recuperação da rampa de varadouro no portinho da Salema, a condicionar a actividade piscatória.

Aljezur. Falta de um molhe de protecção no portinho do Forno condiciona fortemente a actividade piscatória no Inverno ou quando as condições oceanográficas se alteram (o portinho está orientado a Oeste e bastante sujeito aos ventos oriundos de norte-noroeste); Diferenças de preços entre produtor e consumidor na origem da negociação paralela de uma importante parcela do pescado; Distância à lota favorece a negociação paralela para abastecimento do mercado local; Elevada procura e a ocupação das amarrações disponíveis por embarcações de recreio, dificultam a actividade piscatória no Verão.

(b) Visão de síntese de Pontos Fracos e Ameaças

Pontos Fracos (O que podemos melhorar?)

- Vulnerabilidade de alguns “stocks”, seja por fragilidade dos ecossistemas ou por pressão das pescarias (esgotamento de stocks por sobre-exploração).
- Equipamento das estruturas portuárias/postos de vendagem para recepção, manuseamento e conservação do pescado.
- “Invasão” pelo sector turístico de habitats e de “domínios” de actividade do sector da pesca
- Destruturação acentuada do “habitat” social e cultural das comunidades piscatórias
- Idade média da frota de pesca muito elevada e com condições de operacionalidade deficientes, em especial na frota local.
- Forte e diminuição da frota e do volume de capturas
- Elevados custos operacionais de produção que tornam pouco rentável a actividade.
- “Monovalência” da frota industrial

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

- Reduzido investimento em aquacultura para a produção de peixe em geral e de novas espécies em particular e inexistência completa de aquacultura oceânica face às magníficas condições naturais existentes e à média europeia
- Forte impacto do PNSACV numa larga área de intervenção do GAC Barlavento (com competências transversais alargadas a toda a vida e actividade económica da região), em algumas atitudes técnica e cientificamente incorrectas e/ou de carácter ecológico-fundamentalista, sem consideração por hábitos, tradições e culturas, ou sem equilíbrio entre o possível e o desejável, degradando a sua imagem.
- Acentuada falta de meios humanos e financeiros por parte do PNSACV.
- Pressão do turismo e construção de modernos portos de pesca como factores de “destruturação” do sector artesanal da pesca visto como “modo de produção familiar” (com intervenções activas se todos os membros do grupo familiar na actividade), pelo afastamento geográfico das embarcações das povoações próximas das praias em que eles encahavam tradicionalmente.
- Rivalidades históricas / tradicionais com pescadores do país vizinho (concorrência / disputas por zonas mais ricas de pesca) como factor de dificuldade na cooperação dos sectores das pescas entre os dois países
- Economia dual no sector das pescas origina graves distorções na cadeia logística, principalmente na área da comercialização
- Fraca capacidade de organização do sector e fraca capacidade associativa dos seus trabalhadores, empresários e operadores em geral.
- Reduzido envolvimento de produtores na comercialização dos produtos.
- Fraca capacidade de intervenção dos pescadores em todos os circuitos logísticos do pescado, nos quais se materializam poderosos interesses exteriores ao sector da pesca.
- Fraca produtividade da área de I&D do sector da pesca e pouca cooperação e/ou capacidade de relacionamento entre a área da produção e a de I&D.
- Frágil “consciência social” (em termos de capacidade e de poder de reivindicação de direitos), por parte dos estratos mais frágeis das classes de trabalhadores do sector pesqueiro
- Desaparecimento abrupto do sector de transformação do pescado, que era muito forte nesta região a provocar graves reflexos na dinâmica do mercado
- Dificuldades e insuficiências na gestão e nas tecnologias utilizadas em muitas instalações de aquacultura. Forte poluição daí resultante.

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

- Existência de um forte e desproporcionado sector de “pesca lúdica”, não profissionalizado (e a grande maioria dos pescadores não dispoñdo de licenças, mesmo de pesca lúdica), motivado não só por hábitos sociais e culturais há séculos enraizados, como, principalmente por baixos salários noutras sectores e por pensões de reforma baixíssimas e ainda pelo alto vaor que atingem certas espécies de peixe e marisco (sargo, robalo, percêves, etc.)
- Pesca, caça submarina e marisqueio “selvagens”, ilegais e muito intensa, destruindo habitats e capturando espécies jovens antes da idade de reprodução, praticada indiscriminadamente por turistas nos meses de verão.
- Inexistência e/ou ineficácia do sector de fiscalização
- Envelhecimento acentuado do sector da pesca artesanal (pescadores, embarcações e artes)
- Actividade pouco atractiva para os jovens.
- Grande insuficiência de portos de abrigo e inexistência de portos com boa capacidade de operação e de condições comerciais, em toda a faixa ocidental da Costa Vicentina, zona de toda esta área em que o mar é mais bravo
- Existência de grandes insuficiências (ao nível ambiental, de infra estruturas e equipamentos e de operação e gestão) na maioria dos portos existentes
- Urbanismo muito intenso e desordenado que provoca graves problemas de poluição que ameaçam habitats marinhos, e muitas aquaculturas, (com destaque para os bivalves: amêijoas, ostras e outros).
- Dificuldade de reconversão por “adaptação de competências” da comunidade piscatória em “áreas de actividade” afastadas da sua área habitual de actividade
- A existência do Sistema de Lotas, tal como existe, é muito penalizadora para os interesses do sector “produtivo” da pesca: pelas enormes diferenças nos preços desde a produção ao consumo; pela criação de um forte “mercado paralelo” penalizando gravemente o sector “produtivo” da pesca e criando poderosos interesses marginais que são um forte obstáculo à reorganização e à racionalização do sector; pelo muito fraco poder e de capacidade de intervenção na área comercial e pelas “disputas” internas entre quem vai e quem se consegue “furtar” a comercializar nas lotas
- Fraca capacidade do sector produtivo da pesca na capacidade de comunicação e na gestão da informação essencial para a racionalidade e rentabilidade da sua actividade

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

- Liberdade de comercialização do pescado em quaisquer portos/lotas --> Quebra na coesão social e na sustentabilidade familiar/comunitária de certas comunidades locais piscatórias
- Degradação ambiental dos portos de pesca
- Deficiências muito acentuadas na área da “segurança” de trabalho do sector de capturas da pesca.
- Concessão de novas licenças de pesca dificultada por processos “opacos” e muito morosos
- As medidas legislativas e de regulação relativas ao sector da pesca a maioria das vezes não “distinguem” o sector artesanal do industrial
- Dificuldades financeiras da Docapesca
- Frequentes conflitos em algumas áreas de jurisdição do IPTM (p.e., na gestão de equipamentos).

↳ *Ameaças [Que ameaças (leis, regulamentos, concorrência, ...) podem prejudicar a actividade piscatória e as actividades conexas?]*

- Envelhecimento da frota.
- Agudização dos níveis de concorrência, face à escassez dos recursos, com reflexos no aprovisionamento de matéria-prima para a indústria
- Impacte das alterações climáticas e da poluição das águas no estado dos recursos
- Forte impacto de algumas das medidas previstas no Plano de Ordenamento do PNSACV (em proposta) na pesca local e na sua sobrevivência
- Continuação de uma elevada pressão sobre espécies e stocks em risco, causados pela sobrepesca, pela utilização de artes e tecnologias desapropriadas, por práticas ilegais e pela inexistência de uma fiscalização e controle eficaz nessa área
- Insuficiência crescente da área das “águas territoriais”, cada vez mais exíguas para a salvaguarda de recursos próprios
- Redução de possibilidades de pesca de espécies tradicionalmente utilizadas
- Existência de zonas de conflitualidade entre interesses ligados à pesca e ao turismo
- Existência de zonas de conflitualidade entre o ambiente e as pescas
- Frequentes divergências de enfoque entre os Ministérios do Ambiente e o Ministério da Agricultura e Pescas

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

- Acentuada pressão altista sobre matérias-primas e sobre alguns custos de factores de produção do sector das pescas
- Aumento dos custos de exploração, nomeadamente na pesca local, devido ao preço da gasolina, que não tem subsídio do Estado ao contrário do gasóleo
- Baixo nível de formação e de capacidade de acesso à informação pela generalidade dos pescadores
- Falta de atractividade do sector para os jovens, com consequente aumento da idade média dos profissionais.
- Pressão urbanística e cosmopolitismo muito acentuada dos habitats tradicionais das comunidades piscatórias causados pelo turismo
- Não observância dos períodos de defeso
- Crescente volume de artes abandonadas na costa, perigosas para a segurança dos pescadores e provocando a degradação dos habitats marinhos
- Forma de funcionamento do sistema de lotas -> Distorção do comércio formal e aumento crescente do comércio informal paralelo
- Diminuição do estatuto social dos pescadores
- Transformação progressiva de parte do Sector da Pesca Artesanal, de sector “produtivo” em mero sector “de subsistência”
- Construção e melhoramento de portos de pesca, factor de transformação progressiva do sector de pesca artesanal de “modo de produção familiar” em “modo de produção semi-industrial” - pelo “afastamento” físico para esses portos das embarcações que permaneciam junto a alguns habitats de comunidades piscatórias e pela substituição do trabalho de elementos da família por “instrumentos mecânicos” de trabalho.
- Incapacidade jurídico-legal de intervenção das autarquias na área dos portos, limitando a capacidade de uma gestão eficaz do território e a capacidade real/financeira de intervenções de reorganização e reestruturação dos portos
- Pressão de actuações de carácter “fundamentalisto-ecológicas”, no sentido do afastamento das comunidades humanas da área do PNSACV, ou da sua transformação em “indígenas”, passivos e mantidos numa “reserva” sem capacidade de evolução.

B. ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA

Um diagnóstico é um “estudo de situação”. Uma “estratégia” é um plano de actuação genérico que, tomando como base a situação de partida, vai definir e hierarquizar determinados objectivos, que materializam o atingir de uma determinada finalidade. Essa estratégia tem que ser “enquadrada” por determinados princípios e/ou constrangimentos que globalmente se encontram estabelecidos no enquadramento e pressupostos do instrumento de financiamento, o PROMAR.

O Diagnóstico foi elaborado reflectindo, à luz das realidades do Barlavento do Algarve, vários elementos dos diagnósticos constantes nos documentos de referência atrás referidos e pelos elementos de diagnóstico complementares que foram, entretanto, acrescentados nos pontos precedentes, em função do trabalho de recolha de elementos empíricos e de processamento de dados de conhecimento existente no seio das entidades parceiras (Municípios e Associações de produtores).

Os “Elementos para uma Estratégia” que se seguem, estão balizados pelo Diagnóstico atrás realizado, pela finalidade a que se destina a Intervenção do Eixo 4 e pelas orientações (princípios e constrangimentos) formuladas nos elementos regulamentares que enquadram a constituição do GAC na preparação da Estratégia. Ou seja, a organização dos “Elementos para uma Estratégia” que se seguem, respeitam a organização estrutural das **“Acções do PROMAR”**.

I – REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DAS ZONAS DE PESCA E VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Dentro do Eixo 4 do PROMAR (“Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca”), o “Reforço da Competitividade das Zonas de Pesca e Valorização dos seus Produtos” é uma das suas principais áreas de intervenção. Esta Acção vai constituir uma das orientações privilegiadas na definição da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Barlavento do Algarve. Para a concretização dessa orientação, o GAC irá proceder à sensibilização, dinamização e mobilização de todos os operadores do sector para que sejam apresentados projectos que contemplem as seguintes áreas:

✓ Recuperação dos Portos de Pesca da Área de Intervenção Costeira

A recuperação e a modernização de alguns dos portos de pesca dos concelhos do Barlavento Algarvio constituem acções fundamentais para o reforço da competitividade de

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

todas as áreas do sector de pesca e para a valorização dos seus produtos. Neste contexto, o maior esforço do GAC será dirigido para o Porto de Pesca de Portimão (situado no Concelho de Lagoa) que, em termos de volume de pescado descarregado e de pescadores registados, é o 2º maior do Algarve, ou seja, um equipamento decisivo, não só para o sector, como para toda a economia do Barlavento. Este Porto de Pesca apresenta limitações e disfunções, não só em termos de infra-estruturas, como no seu funcionamento operacional, na sua envolvente ambiental e no seu enquadramento institucional. Na área das infra-estruturas e equipamentos, a ausência de uma apropriada e eficiente “rede de frio” é, de momento, o aspecto mais grave e mais emblemático, por ser aquele que se “arrasta” há mais tempo. A inexistência de modernas infra-estruturas de produção de gelo e de armazenagem e conservação a frio do pescado, organizadas e geridas em benefício dos profissionais do sector, condiciona toda a logística do pescado descarregado, diminui gravemente a sua competitividade e desvaloriza os seus produtos, na medida em que baixam a sua qualidade e não possibilitam uma conservação que permita gerir os melhores tempos e oportunidades de vendas, acabando por originar frequentemente perdas de grandes quantidades de pescado. Paralelamente, a ausência daquelas infra-estruturas fomenta o florescimento de soluções enviesadas, implementadas em benefício de redes de interesses, que aumentam, complexificam, encarecem e tornam mais opaca, toda a cadeia de valor que vai do produtor ao consumidor final, interesses esses que nada têm a ver com os dos profissionais do sector residentes ou que actuam na Zona costeira servida por este Porto.

Outras deficiências e insuficiências ao nível das infra-estruturas portuárias (como é o caso do Portinho do Forno, em Aljezur) que se relacionam com a actividade da pesca, serão objecto de idêntica atenção. O GAC irá proceder à sua identificação mais detalhada e, posteriormente, à dinamização e mobilização de investidores públicos e/ou privados para que estes apresentem propostas para os investimentos necessários. Seguidamente fará a selecção (e as demais tarefas que estipula o Artº 5º da Portaria nº828-A/2008 de 8 de Agosto de 2008) e dará todo o apoio às entidades que concretizarem os referidos investimentos. Mas a questão das infra-estruturas portuárias (neste caso do Porto de Portimão) constitui, entretanto, uma matéria mais abrangente. O Eixo 4 do PROMAR, tem algumas componentes que convergem num objectivo decisivo, que é o da integração da actividade da pesca com outras actividades económicas já existentes ou a introduzir, como o turismo, os serviços e a economia do ambiente. Essa integração será naturalmente

estimulada, não só através da reorientação da actividade de unidades locais do sector, para essas outras actividades, como através da promoção da pluriactividade e da requalificação dos profissionais da pesca noutras áreas de actividade. Este objectivo estruturante de integração de actividades carece de respostas logísticas das unidades portuárias desta Área de Intervenção Costeira, as quais não foram concebidas, nem projectadas, nem construídas, tendo como pano de fundo tais finalidades. Existe, portanto, a necessidade de criação/construção, na área dos Portos de Pesca, de outras infra-estruturas destinadas a estas “outras” actividades. O GAC irá proceder a um levantamento completo de todas estas necessidades, tendo em vista fundamentar intervenções materiais na logística dos Portos de Pesca em que tal se justifique, na óptica do suporte à integração daquelas actividades.

✓ **Valorização dos produtos da pesca**

Tal como acontece na maioria das actividades do sector primário, na produção de produtos “do mar”, os “produtores” são os “parentes pobres” de toda a fileira. Historicamente, os pescadores e demais produtores nunca tiveram possibilidade ou capacidade organizativa para conquistar uma presença determinante nos complexos circuitos logísticos (armazenagem, conservação, distribuição, comércio por grosso e a retalho, etc.) que se foram formando, nos quais se constrói a parcela mais significativa do valor acrescentado. Acresce a isso que, ao lado ou em sobreposição com estes circuitos do mercado formal, organizado, legal, existem outros circuitos “informais”, que vão desde a simples fuga às lotas (e aos impostos), até outros muito mais obscuros onde actuam grandes interesses e se fazem grandes “negócios” (nacionais e internacionais). A actuação ao nível dos mercados, ou seja, ao longo dos “circuitos logísticos”, constitui um dos eixos nucleares a contemplar na Estratégia. Actualmente a maioria das componentes da cadeia logística “formal” do pescado (armazenagem e conservação, transporte e distribuição, comercialização por grosso e a retalho) é altamente concentrada, muito especializada e exige vultuosos investimentos. A actuação da Estratégia nesta área privilegiará as seguintes vertentes:

- ✓ O “mercado local” que, na zona geográfica em causa já tem uma dimensão significativa, sobretudo no Verão. A “cadeia logística” que tem como alvo este mercado é mais simples e está mais facilmente ao alcance dos produtores, desde que devidamente organizados e apoiados, sobretudo ao nível do acesso e da gestão

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

atempada da informação, com implicações na formação dos preços para o que será crucial a actuação das organizações de produtores da pequena pesca.

- ✓ O associativismo dos profissionais e armadores do sector, no sentido da criação de estruturas empresariais que desloquem progressivamente o seu objecto de negócio para jusante da cadeia de valor, tendo em vista obter uma massa crítica mínima que permita garantir condições de competitividade nestas áreas.
- ✓ A criação de condições que possibilitem uma melhor e mais activa intervenção dos produtores ao nível das “bolsas de venda de pescado” (lotas). Um mercado é o local onde se vão “encontrar” os interesses dos vendedores e dos compradores. A “informação” é o “factor de produção” ou o elemento estratégico fundamental em qualquer mercado. As lotas de pescado são normalmente mercados muito desiguais, nos quais a capacidade de intervenção, a detenção da informação estratégica decisiva, está claramente do lado dos compradores, dos quais, uma grande parte é constituída por grandes e médios intermediários, que têm claramente uma capacidade de obtenção e gestão da informação superior à dos pescadores, sobretudo os artesanais, que se apresentam isolados ou não organizados.
- ✓ A orientação das atenções comerciais dos produtores (sobretudo, o sector da pesca artesanal, mas também alguns armadores) para um “nicho de mercado”, no qual o segmento dos produtores pode vir a ganhar maior “vantagens comparativas” ao longo de toda a cadeia de valor: o nicho dos “produtos certificados”. Aqui podem existir vários graus de “certificação” que valorizem o produto:
 - (i) o “produto artesanal”, destinado a valorizar as capturas que utilizem artes tradicionais e que garantam, em termos culturais e laborais, a sobrevivência de saberes e de culturas seculares e de muitas comunidades que o “progresso” tecnológico tem condenado à extinção em grande velocidade. Muitos pescadores, sobretudo os de mais idade (mas também de mais experiência e saber), que estão condenados ao espectro de um rápido desemprego e que são dificilmente reconvertíveis noutras actividades profissionais, podem assim ser sensibilizados, dinamizados e apoiados no sentido da utilização (manutenção ou mesmo recuperação) destas “artes tradicionais”.

- (ii) a certificação (p.e., a de “produto ecológico”) para o pescado que é obtido com métodos e artes que garantam, comprovadamente, a sustentabilidade dos stocks.

Em síntese, a valorização dos produtos deve ter como suporte o investimento na modernização de equipamentos e infra-estruturas e o fomento da qualidade. A reflexão sobre as estruturas e circuitos de comercialização existentes (incluindo as formas de intervenção dos pescadores e das suas associações nos mesmos), bem como o investimento na certificação e valorização/qualificação de competências dos profissionais da pesca, p.e., através de acções de formação contínua (qualificações próprias para o exercício da actividade, preservação da qualidade do pescado, segurança marítima, entre outras áreas) - constituem instrumentos-chave para aquela valorização.

Na Costa Vicentina, uma das intervenções desenvolvidas que se insere nesta Estratégia é o projecto “Do Mar à Mesa: Segredos revelados do Peixe e Marisco”, que pretende promover e dinamizar a qualidade do pescado e divulgar, simultaneamente, informação acerca do mesmo. Trata-se de um projecto abrangente de intervenção directa e prática, que visa relacionar e aproximar os vários intervenientes, desde a fileira de produção da pesca até ao consumidor final, tendo sempre presente a necessidade de a alimentação consciente estar associada ao consumo sustentável e ter origem numa pesca sustentável.

Este aspecto deve concitar, em particular, estratégias que permitam, nomeadamente perceber e divulgar a realidade deste território e incrementar o marketing que potencie as características da pesca e dos produtos da pesca.

Paralelamente, é fundamental realçar a importância do mar enquanto factor local de atractividade e competitividade turística, bem como encontrar soluções que mobilizem agentes socio-económicos, suscitando sinergias que dinamizem a frente costeira, numa perspectiva sustentável de valorização. Neste particular, trata-se de combinar a valorização dos produtos da pesca com a valorização das comunidades e dos territórios, numa óptica de envolvente dinâmica da fileira de actividades do mar.

A estratégia a ser desenvolvida da Costa Vicentina (classificada como Parque Natural) até Albufeira, deverá projectar a Área de Intervenção Costeira do Barlavento do Algarve como um território em que o mar é entendido e utilizado de uma forma sustentável e estratégica, mobilizando o conhecimento existente e os esforços de qualificação do território, actualmente em curso através de outros programas e recursos de financiamento

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

I. Reforço da Competitividade e Valorização dos Produtos

Objectivos específicos

- Qualificar as infra-estruturas, modernizando os equipamentos e criando condições de acesso a novas tecnologias de apoio à gestão dos stocks das espécies pesqueiras, envolvendo as Instituições de ID regionais.
- Melhorar as condições de operacionalidade e segurança no trabalho, investindo em tecnologias de comunicação adequadas.

Domínios de Acção-tipo

(Qualificação dos factores de produção do Sector da Pesca do Barlavento Algarvio)

- Intervenções de recuperação e modernização dos portos de pesca
- Apoios à comercialização de pescado – infra-estruturas e equipamentos de pequeno porte
- Apoios a formas de organização dos produtores para maior intervenção nos circuitos de comercialização
- Investigação e desenvolvimento para a modernização e sustentabilidade das actividades das pescas do Barlavento Algarvio.

Acções/Projectos-tipo

- Requalificação ambiental dos portos de pesca (Portimão, Lagos e Baleeira – Sagres)
- Recuperação do Porto de Pesca de Armação de Pera
- Recuperação e criação de infra-estruturas no Porto de Pesca do Forno, Aljezur
- Melhoramento das condições de transporte do pescado
- Requalificação do Núcleo Piscatório de Benagil
- Modernização da Frota de Pesca: Traçando o rumo tanto no Mar como em Terra - Comercialização/Escoamento e Distribuição; Conservação; e Segurança
- Criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos existentes, incluindo pequenas infra-estruturas relacionadas com a pesca e turismo;
- Apoio ao desenvolvimento das técnicas de repovoamento de espécies piscícolas, com apoio de regras que Garantia da utilização na fileira da pesca nesta região dos processos de regulação certificados que garantam qualidade/traçabilidade/segurança sanitária/marca de forma evidente e transparente.
- Apoio à criação e ao desenvolvimento de mercados de proximidade e de venda directa de produtos marinhos que garantam a frescura e favoreçam a identificação da origem (com a marca “regional”, “bio” ou cobertos por certificação de qualidade adoptando os procedimentos ISO, reconhecidas pelo público), associados com o desenvolvimento de outras actividades ligadas ao comércio, ao turismo e ao lazer.
- Certificação do Sargo, Dourada, Robalo, Moreia e Lagosta.
- Certificação do Percebe e do Mexilhão.
- Do Mar à Mesa: Segredos revelados do Peixe e Marisco (Costa Vicentina).
- Estudo aprofundado dos métodos e artes de pesca utilizados com o objectivo de os tornar mais selectivos e amigos do ambiente.
- Estudo Socioeconómico da Dependência e Emprego da Pesca neste território.

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

O GAC do Barlavento do Algarve, em ligação com os pescadores tradicionais, com as empresas do sector, com as associações existentes e com os institutos científicos e universitários que integram a Parceria, irá criar e coordenar a implementação de iniciativas e projectos dirigidos a cada uma das vertentes identificadas.

II – DIVERSIFICAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

✓ **Concorrência e complementaridade de actividades**

A questão relativa à modernização e recuperação de alguns portos de pesca, enquadrada no 1º Vector de Intervenção, tem outras vertentes cuja análise e implementação cabem neste Vector da Diversificação de Actividades. A título de exemplo, ao longo do tempo foram surgindo em ambas as margens da foz do Arade, vários equipamentos e actividades que eventualmente são, ou poderão vir a ser, complementares ou concorrentes dos equipamentos, infra-estruturas e actividades a construir/criar, na área do Porto de Pesca de Portimão, abordados em anteriores pontos. Tal como acontece em todo o litoral algarvio, há muitos anos que o sector turístico criou na zona destes cais e docas portuárias, um conjunto de pequenas e grandes infra-estruturas, que são a base de um vasto leque de actividades turísticas, culturais e lúdicas “viradas para o mar”, para a pesca e mergulho desportivo, para as viagens de lazer costeiras, para a restauração baseada em produtos do mar, para o ambiente natural marinho, para a cultura, para a biologia, fotografia e arqueologia subaquáticas e para tantas outras actividades, todas elas bastante lucrativas e bastante divulgadas e utilizadas, que são uma das bases do sucesso do turismo algarvio.

O Eixo 4 do PROMAR, ao fomentar e apoiar a reorientação de empresas e profissionais do sector da pesca nestas mesmas áreas, vem estimular a criação de um conjunto de oportunidades económicas e de emprego. Tal não invalida que um dos aspectos a ter em conta na estratégia do GAC, remeta para a identificação de todas as actividades produtivas em que existam potenciais conflitos de interesses e de todas as infra-estruturas já existentes, em cada local, que foram construídas por outros sectores de actividade e cuja existência é fundamental para o sector da pesca, tendo em vista a implementação do Eixo 4 do PROMAR. Após esta identificação, o GAC assumirá, em ligação com as entidades públicas apropriadas, a concepção, o planeamento e a implementação, de medidas destinadas a evitar investimentos na duplicação de infra-estruturas já existentes, estimulando a “coordenação e articulação” de interesses, apoiando os operadores do sector da pesca, por

forma a que estes possam “assumir”, da forma mais vantajosa possível eventuais situações de “concorrência”.

A diversificação das actividades económicas que a comunidade piscatória (pescadores e famílias) possa exercer, constitui um dos pontos fulcrais no desenvolvimento de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável.

Uma das melhores mais-valias que existe nas comunidades piscatórias, e que deve ser fomentada, em termos económicos e sociais, é o conhecimento do que os homens do mar possuem do património marinho natural existente. O aproveitamento desta mais-valia poderá contribuir para a pluriactividade da comunidade piscatória.

Este aproveitamento poderá ser concretizado, através da conjugação da actividade da pesca com as actividades ligadas ao turismo, nomeadamente, com a adaptação de embarcações para utilização/fruição turística, possibilitando uma complementaridade de ocupações e de rendimento dos profissionais de pesca e criando, mesmo, postos de trabalho complementares à pesca.

✓ **A Fileira da pesca e o turismo – para um relacionamento virtuoso**

A questão do *relacionamento* entre os Sectores de Actividade Económica “Pescas” e “Turismo” é central em todos os documentos que enquadram o Eixo 4 do PROMAR, que visa promover o “Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca”.

Neste enquadramento, uma das «intervenções» que consta, na 2ª das 4 «Medidas», ou «Áreas de Intervenção» do Eixo 4 - Diversificação e reestruturação das actividades económicas e sociais, consiste na

«Integração das actividades da pesca com actividades económicas já existentes ou a introduzir, em particular com o turismo, os serviços e a economia do ambiente. O eco-turismo costeiro, constitui, uma das alternativas muito interessantes para o futuro, promovendo a valorização dos recursos endógenos destas comunidades».

Esta questão aconselha a procurar uma *coerência conceptual*, entre as *visões do “turismo”*, vistas do lado do sector das “pescas” e do lado do sector do “turismo” propriamente dito. Para o GAC Barlavento, dado que o seu objecto de interesse é o Sector da Pesca, o “turismo” deve ser conceptualmente considerado e entendido de uma forma mais “abrangente”.

Um “turista” é um visitante, *exterior* a um país, região ou local, que aí procura fruir/consumir, durante um determinado período de tempo de permanência, um conjunto

de produtos (bens e/ou serviços): (i) oferecidos pela natureza (o meio ambiente, a paisagem, as características específicas da natureza da fauna e da flora locais ou alguns fenómenos naturais específicos); ou (ii) produzidos pela sociedade local.

Nestes últimos, destacam-se como “*produtos turísticos*”, alguns bens e serviços produzidos por sectores de actividade (que são muitos e cada vez mais) que se relacionam indirectamente com o sector turístico, de que são exemplo alguns “*produtos turísticos*” que podem e devem ser produzidos directamente pelo sector da produção de pescado, através da reconversão total/parcial de actividades da Fileira da Pesca ou através do aproveitamento de recursos naturais e reconstruídos das comunidades piscatórias.

Até agora o sector da pesca tem sido apenas *pró reactivo* relativamente ao fenómeno do “turismo”, limitando-se a adaptar a sua capacidade oferta, ao aumento de procura provocado por ele. A partir de agora, por questões internas ao próprio sector (necessidade de garantir a sustentabilidade do sector), ele terá que passar a ser *pró activo*, nomeadamente, através de iniciativas que tenham como alvo a reconversão total ou parcial, de uma parte das empresas e dos profissionais do sector, reconversão essa cujo alvo seja exactamente a oferta de “*produtos turísticos*”.

Essa reconversão deve prioritariamente dirigir-se para aqueles “*produtos turísticos*” relativamente aos quais o sector das pescas tem afinidades naturais mais “próximas” e onde, naturalmente, a reconversão será mais fácil e comportará menos custos. Como exemplo desses produtos podemos considerar todos aqueles que têm como base o meio aquático. Nestes, há alguns que são mais próximos ou “adjacentes” ao sector pesqueiro e outros que são mais afastados. Seguindo a tipologia do PROT Algarve, podemos citar: (i) o “Recreio Náutico” (com inúmeras actividades em torno da navegação - à vela ou a motor - , dos cruzeiros ou da simples permanência em marinas, que são cada vez mais a base para inúmeras actividades “turísticas”); (ii) o “Turismo Activo/Desportivo” (onde aparecerão naturalmente o surf, a natação, o remo, a motonáutica, as regatas, a “pesca desportiva” – embarcada, ou a partir da costa -, a “caça submarina”, o “mergulho” e outros semelhantes); e (iii) o “Turismo de Natureza/Ecoturismo” (onde pode citar mais um numeroso grupo de actividades ligadas ao meio ambiente aquático/marinho e à vida dos seres vivos que aí habitam). Para além destes “*produtos turísticos*” definidos no PROT Algarve, existem muitos outros com afinidades naturais “próximas” do sector das pescas, adiante referenciados.

Ambos os sectores têm uma necessidade permanente de, por razões diferentes, garantir a sua “sustentabilidade”. Ora isso pode e deve ser conseguido, através dum progressivo aumento e reforço deste entrosamento entre os dois sectores:

- A “sustentabilidade” do turismo, obriga a uma procura constante e diversificada de mais e melhores “produtos turísticos” (como os atrás definidos como complementares e/ou emergentes) de forma a garantir a manutenção ou o aumento do fluxo de turistas. Esta procura tem sido dirigida para muitas áreas novas de actividade, algumas delas adjacentes ao sector das pescas.
- A “sustentabilidade” do sector das pescas, obriga-o a ser *pró activo* relativamente ao sector turístico, reconvertendo-se parcialmente na direcção de actividades relacionadas de forma mais directa ou indirecta com o turismo.

A iniciativa de desenvolvimento de novos produtos turísticos que têm a ver com o mar (e respectivos investimentos associados), tem sido feita por empresários/promotores, que, de um modo geral, nada têm a ver com o sector da pesca. Esta necessária reconversão aconselha a que os empresários e profissionais ligados ao sector da pesca avaliem as oportunidades e passem também a ter iniciativas nestes “novos” (para eles) domínios de actividade, através da criação de “produtos turísticos” específicos, como alguns dos que seguidamente se exemplifica:

- O peixe, o marisco e a promoção do seu consumo por turistas
- Os seres vivos marinhos e os seus hábitos de vida
- O ambiente social dos pescadores, das suas vidas e das suas comunidades
- A cultura dos pescadores
- A arquitectura tradicional das aldeias e bairros de pescadores
- A arte e o artesanato dos pescadores
- A História e “as estórias” da pesca e dos pescadores
- A evolução das artes e das técnicas de pesca ao longo dos tempos
- As mais modernas técnicas e artes de pesca
- As inovações tecnológicas dos pescadores
- O apoio a actividades turísticas de pesca desportiva, caça submarina, mergulho, biologia marítima, arqueologia marítima, regatas e outros desportos náuticos
- A actividade da pesca observada in loco (embarque de turistas que vão observar, a bordo, a faina da pesca)

- Passeios marítimos de turistas
- A gastronomia tradicional dos pescadores.

Muitas destas actividades (produtos) ou actividades semelhantes, já existem em alguns países (nomeadamente, na Holanda) e o GAC Barlavento irá promover uma cooperação transnacional no sentido de conhecer e divulgar algumas dessas experiências.

Para o sucesso/progresso do entrosamento entre o sector da pesca e do turismo e para o reforço das “sustentabilidades” de ambos os sectores, é fundamental a forma coerente e integrada, como forem feitos a concepção, o planeamento e a gestão, das múltiplas actividades de ambos os sectores. No que se refere ao sector da pesca, o GAC Barlavento irá garantir, na sua área geográfica de actuação, um modelo de coordenação que contribua para essa coerência e integração.

✓ **Formação profissional**

Para a prossecução dos objectivos de diversificação e reestruturação de actividades económicas e sociais, afigura-se de extrema importância, a formação profissional em actividades associadas directa ou indirectamente à actividade da pesca e a estas novas actividades, qualificando e alargando as competências profissionais e, por conseguinte, as oportunidades de acesso a empregos complementares alternativos tanto a nível local, como regional. Entre as áreas de formação a priorizar e a incentivar, saliente-se:

- os domínios da segurança marítima, da preservação da qualidade dos produtos da pesca, da segurança alimentar, do “empowerment”/empreendedorismo e de áreas especializadas referentes às novas actividades – turismo, artesanato, confecção de alimentos,...

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

II. Diversificação e reestruturação das actividades económicas e sociais

Objectivos específicos

- Dinamizar a reconversão de actividades e a valorização dos recursos das Comunidades Piscatórias, tirando partido dos “saberes” adquiridos (das artes da pesca tradicional e dos usos e costumes) e potenciando a riqueza do património natural marinho.
- Promover o desenvolvimento económico-social das comunidades piscatórias, possibilitando a criação de pluriactividades aos profissionais da pesca e a activos desempregados.

Domínios de Acção-tipo

- Apoios orientados para o fomento da aquicultura, da salicultura e do marisqueio
- Apoios à adaptação de embarcações para actividades marítimo-turísticas; pesca-turismo e pesca turismo em alto mar
- Apoio à diversificação das actividades económicas das Comunidades Piscatórias valorizando a intervenção das mulheres
- Acções de formação e reconversão para aquisição e certificação de competências profissionais dos pescadores e suas famílias
- Acções de prevenção dos riscos potenciais de exclusão social e territorial, das comunidades piscatórias.
- Acções de formação comportamental que dinamizem a participação social, o associativismo e outras formas de cooperação e organização dos pescadores e suas famílias (envolvidas em projectos de diversificação e reconversão).

Acções/Projectos-tipo

- Desenvolvimento de projectos de aproveitamento e transformação de “desperdícios” de pescado, como a sua transformação em acepipes, condimentos, concentrados, sabores, etc.
- Desenvolvimento de projectos de aquacultura sustentável em água doce e salgada (em caixas flutuantes ou em bacias confinadas).
- Combinação da actividade marítima ligada ao cluster da pesca com a utilização das energias renováveis, nomeadamente para o aquecimento de bacias de produção ou reprodução ou para a produção de energia.
- Fomento das alianças entre o sector da pesca e a restauração para que sejam utilizados de forma visível e certificada os peixes de origem regional (proveniente do mar ou da produção confinada) em ementas promovidas a nível nacional e internacional, com a garantia correspondente de frescura e de segurança alimentar para o consumidor.
- (Projecto-Piloto) Pesca-Turismo: actividade inovadora no Algarve.
- Criação de percursos de pesca desportiva sustentável ou de observação de espécies em profundidade.
- Ecoturismo de litoral e outras actividades de turismo sustentável.
- Qualificação, Empreendedorismo e Emprego na Fileira da pesca e actividades complementares (diversificação das actividades para promover a pluriactividade dos profissionais da pesca).
- Turismo da natureza-formação para operadores marítimo-turísticos de pequenas embarcações.
- Formação e Valorização Profissional na Fileira da Pesca.

III. PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE COSTEIRO E DAS COMUNIDADES

✓ **Gestão ambiental de áreas portuárias**

Este 3º Vector de Intervenção deve abordar, para além das insuficiências ou disfunções apontadas para os portos de pesca, a ausência generalizada de sistemas integrados de gestão ambiental destes portos. Os portos são locais com um ambiente muito degradado e desagradável, onde se acumulam enormes volumes de detritos sólidos e de efluentes, não só orgânicos (restos e vísceras de pescado e de iscos), como inorgânicos (combustíveis e óleos, redes, fios, partes e destroços de navios e de apetrechos de pesca de toda a espécie e dimensão, etc.). Tal ambiente não só configura uma questão de saúde pública, para quem lá trabalha e de potencial contaminação de todos os alimentos humanos que ali se descarregam e manipulam, como ecológica, pois contribui para a degradação ambiental das zonas costeiras quer no mar quer em terra e, ainda, de degradação urbana, com impactes negativos na qualidade de vida e na atractividade do espaço público, tornando as zonas portuárias incompatíveis com a prática de outras actividades, preconizadas no Eixo 4 do PROMAR.

O IPTM tem em preparação intervenções de requalificação ambiental das áreas portuárias de Portimão, Lagos e Baleeira que se enquadram nesta perspectiva.

A gestão integrada dos resíduos da actividade piscatória, que englobe uma vertente de valorização, constitui um imperativo, também por razões directamente económicas. Com efeito, a quase totalidade dos resíduos orgânicos é passível de transformação tendo em vista a sua utilização quer energética, quer como matéria-prima para muitas outras utilizações. O mesmo acontece com os resíduos e efluentes inorgânicos que, na ausência de outras possíveis valorizações, podem na maioria dos casos ser utilizados energeticamente. O sector da pesca é muito carente em energia (combustíveis para os motores, produção de electricidade e frio, etc.) e desperdiça volumes imensos de valiosas fontes de biomassa, de bio-combustíveis e de outras fontes energéticas.

O GAC, em coordenação com entidades da tutela portuária marítima, centros de investigação científica ambiental e com as Unidades de I&D da Universidade do Algarve, poderá dinamizar, organizar e apoiar, a concepção de um modelo de gestão ambiental dos portos de pesca, virado essencialmente para o aproveitamento e

valorização de todos os resíduos e efluentes que se acumulam em grande volume nas zonas portuárias, seleccionando um porto de pesca que possa funcionar como o projecto-piloto desta estratégia. Tal como para todas as restantes acções, o GAC irá igualmente sensibilizar, dinamizar e mobilizar operadores do sector para o investimento nesta área e dinamizará a requalificação de profissionais da pesca (formação ambiental) para desempenhar funções nas inúmeras áreas de actividade do tratamento e valorização ambiental/aproveitamento integrado dos resíduos e efluentes portuários.

✓ **Gestão Integrada da Zona Costeira**

Na orla costeira, o desenvolvimento económico do território em causa ocorre numa área extremamente dinâmica e mutável. Desta forma, é essencial caracterizar as áreas de acção de cada actividade e organizá-las de forma a minimizar os conflitos.

Deverão ser criados mecanismos que contribuam para a gestão sustentável da orla costeira, baseando a sua execução numa abordagem transdisciplinar, oferecendo uma visão dinâmica das condições naturais, sociais e económicas dessa unidade de paisagem.

Deverá ter-se em consideração que este território, e em particular a Costa Vicentina, é uma zona sensível em termos ecológicos sujeita a um elevado risco, p.e., acidentes marítimos, nomeadamente de derrames de hidrocarbonetos.

Os mecanismos criados poderão dar origem a um instrumento político e técnico de planeamento e gestão ambiental com a finalidade de otimizar o uso do espaço litoral, classificando o território segundo a sua sensibilidade, possibilitando uma actuação coerente e eficaz no caso de acidentes ou de diferentes cenários decorrentes das alterações climáticas.

✓ **Valorização das comunidades piscatórias**

A Área Costeira do Barlavento Algarvio, de Aljezur a Albufeira, representa no seu conjunto uma vasta parcela da orla costeira portuguesa. Repleta de recursos marinhos, há um grande interesse em aproveitar o seu potencial, mesmo num contexto reconhecido como de declínio dos recursos de pesca pelo mundo inteiro, que acontece também neste território.

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

Trata-se de eleger como objectivo, a inversão da tendência de declínio dando um sentido diferente às actividades económicas ligadas ao mar e à sua promoção, de uma forma sustentável e inovadora, nomeadamente:

- Desenvolver e sustentar a pesca local, organizando actividades complementares que valorizem o ambiente e a qualidade de vida das comunidades;
- Oferecer novas iniciativas e actividades turísticas promovidas pelas comunidades piscatórias e em benefício das próprias;
- Promover a investigação científica, no âmbito dos recursos e actividades da fileira da pesca;
- Valorizar e recuperar património histórico e cultural local, incluindo as estruturas edificadas ou outros valores culturais (materiais e imateriais) a preservar;
- Criar ou recuperar equipamentos comunitários polivalentes que integrem serviços sociais de proximidade para apoio à infância, aos jovens e a idosos e valorizem o associativismo e o suporte a actividades geradoras de emprego e ocupação nas comunidades piscatórias;
- Recuperar e desenvolver lugares e aldeias piscatórias, potenciando o turismo local.

Relativamente a este último objectivo operacional, recorde-se que, no âmbito deste 3º Vector/Medida de Intervenção do Eixo 4 é referida «*A valorização e recuperação do património histórico local, incluindo as estruturas edificadas (com excepção do património classificado) ou outros valores culturais locais a preservar e a recuperação e desenvolvimento de lugares e aldeias ou freguesias costeiras com actividades de pesca, **potenciando o turismo local.***». Ora a pesca e as actividades conexas, têm nesta Costa do Barlavento um papel importante enquanto instrumentos fixadores da população, tendo estado na origem da estruturação de algumas das povoações aqui existentes. O progressivo abandono da actividade ou a procura de melhores condições de trabalho noutros portos conduziu, em alguns casos, ao abandono de habitações e de edificações tradicionais, que apresentam actualmente necessidades de intervenção de forma a recuperar as características originais e a valorizá-las como património.

Esse património arquitectónico, muito dele ainda na posse dos pescadores, poderá igualmente constituir uma forma complementar de rendimento às famílias suas

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

proprietárias, eventualmente sob um modelo de “*turismo de aldeia piscatória*”, em que o visitante partilha habitações e realidades comunitárias, aprende receitas tradicionais, participa na faina da pesca, toma contacto com o respeito pelos recursos e com a cultura do mar. Um projecto deste tipo poderia criar uma rede de alojamento com requisitos mínimos, integrada na dinâmica das comunidades piscatórias e mobilizando, p.e., a iniciativa empreendedora das mulheres.

✓ Protecção e Conservação do Meio Marinho

Estabelecimento de uma estratégia para alertar a consciência ambiental dos cidadãos, que tenha em consideração: (i) o potencial ecológico existente e a sua divulgação; (ii) a necessidade de reciclagem em ambiente terrestre no que diz respeito a materiais residuais totalmente inertizados, podendo ser implementados ecopontos específicos para a actividade piscatória, com recolha de óleos, baterias e artes desactivada; e (iii) a consciencialização e gestão participada e de proximidade dos recursos marinhos.

III. Promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro e das comunidades
<i>Objectivos específicos</i> <ul style="list-style-type: none">• Dinamizar actividades e projectos que concretizem o conceito de “produção sustentada”, enquanto factor de sustentabilidade/sobrevivência das actividades de pesca• Preservar e valorizar a identidade e as tradições, bem como o património cultural (material e imaterial) das comunidades piscatórias.
<i>Domínios de Acção-tipo</i> <ul style="list-style-type: none">• Acções de gestão integrada (participada e de proximidade) das actividades produtivas, do ambiente e do espaço público• Intervenções de protecção e defesa da qualidade ambiental das infra-estruturas piscatórias e das zonas costeiras do Barlavento Algarvio• Acções dirigidas à preservação da identidade e valores culturais das Comunidades Piscatórias, como factor de coesão social e territorial do Barlavento Algarvio• Acções de classificação e valorização do património arquitectónico e natural, incluindo o aquático e o sub-aquático.

(continua)

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

III. Promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro e das comunidades (cont.)

Ações/Projectos-tipo

- Carta de Sensibilidade e Potencialidades da Zona Costeira
- Implementação de medidas estritas de preservação e sustentabilidade ambiental e patrimonial, associadas à promoção dos produtos marinhos da Sub-região
- Criação e desenvolvimento na Sub-região um pólo de inovação na área ambiental, captando empresas já com experiência nestes domínios, que permita a “emergência de inovações ecológicas “ aplicadas aos recursos marinhos e aquícolas
- Criação de uma unidade de gestão da qualidade das águas marinhas e de protecção ambiental que possa prevenir os acidentes ecológicos
- Medidas de incentivo à recolha de lixos no Mar
- Promoção do Património Natural do Litoral
- Recuperação das ruínas de “Moinhos de Maré”
- Sinalética interpretativa do Património Natural do Litoral
- Festas do Pescador
- Organização de Semana Verde
- Criação de um Observatório de Pescas Artesanais
- Centro de Interpretação de recursos marinhos e estuarinos
- Passeios marítimos no litoral
- Instalação de Casas do Pescador
- Centro de Convívio/Acolhimento para os Pescadores
- Construção de equipamento polivalente para acolher actividades de animação social (sede de Associação; convívios de reformados, jovens e mulheres; ponto internet; ...) e de dinamização económica (bolsa de emprego; sala de formação; oficina e venda de artesanato e produtos regionais, ...).

IV. AQUISIÇÃO DE COMPEÊNCIAS E COOPERAÇÃO

A tipologia de Acções denominada como “Aquisição de Competências e Cooperação”, do “Eixo 4” do “Programa Operacional das Pescas - PROMAR”, configura um conjunto de intervenções e acções decisivas para o sucesso de todos os vectores de intervenção preconizados neste Eixo.

Os GAC são estruturas fundamentais de actuação em zonas geográficas consideradas como as mais “problemáticas” do sector da pesca, e que eles são constituídas por interessados directos e activos no sector. Por tal motivo, tenderão naturalmente a ter um papel dinamizador e coordenador em tudo o que se refere com o Programa Operacional das Pescas (qualquer que seja o “Eixo” considerado). No caso do GAC Barlavento, esta “tendência” é ainda reforçada pelo facto de que, pelas razões que foram devidamente justificadas, a zona geográfica de actuação proposta, integra zonas de pesca de uma zona de costa contínua que vai de Albufeira a Aljezur, onde coexistem e se sobrepõem no tempo e no espaço, situações totalmente distintas e onde certamente surgirão candidaturas a todos os eixos definidos no Programa Operacional das Pescas.

O cruzamento entre os documentos regulamentares e os meios financeiros disponíveis para o funcionamento, permite perspectivar a actuação do GAC em dois níveis:

- 1º Nível - Projectos, iniciativas ou áreas de actividade em que lhes está claramente atribuída uma intervenção exclusiva (p.e., a dinamização/reconversão de pescadores e/ou empresas de pesca, noutras áreas de actividade).
- 2º Nível - Projectos, iniciativas ou áreas de actividade que pertencem também, aos domínios de intervenção de outros Eixos (p.e., a melhoria de infra-estruturas, a aquicultura e outras).

Quanto à área actuação dos GAC no que respeita ao 1º nível, ela está perfeitamente definida na portaria 828-A/2008. Nas áreas respeitantes ao 2º nível, deverá ser tomado em atenção que os GAC apenas poderão ter atribuições para acções relativas a:

- Sensibilização, dinamização, esclarecimento e mobilização dos operadores de todo o sector.
- Apoio à elaboração e à implementação de projectos.
- Coordenação inter eixos, intersectorial, regional, nacional e internacional.

Estas componentes correspondem a tarefas técnicas, de gestão, de coordenação e outras semelhantes que serão levadas a cabo pelos parceiros dos GAC, com o apoio de consultores e outros técnicos dotados de competências adequadas. Trata-se de tarefas essenciais, pois são dirigidas/“geridas” por uma estrutura (o GAC) que integra os interessados e implicados, na implementação de uma Estratégia para a Sustentabilidade da Área de Intervenção Costeira.

✓ **Constituição de redes de cooperação**

A constituição de redes de cooperação entre grupos representativos das zonas de pesca, considerada como essencial para o êxito da Estratégia do GAC do Barlavento, parte necessariamente da existência e, sobretudo, das dinâmicas de intervenção local desses grupos (Associações de Desenvolvimento, Associações de Produtores, Juntas de Freguesia,...).

O papel destes grupos é entendido numa dupla perspectiva: (i) por um lado, a existência e fortalecimento dos grupos existentes, é uma condição essencial para o êxito das estratégias definidas; e (ii) por outro lado, o processo de concretização das Acções que corporizam a Estratégia do GAC, será um momento privilegiado de surgimento de novas entidades representativas das zonas de pesca e de afirmação das existentes.

Estes pressupostos, nortearam, aliás, o processo de constituição do GAC do Barlavento, o qual não foi entendido enquanto processo obrigatório para a apresentação de uma candidatura ao PROMAR, antes partiu da plena consciência de que um processo participado pelos diferentes actores públicos e privados seria um condição fundamental para o processo de Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca existentes no território da Área Costeira de Intervenção, exprimindo uma forma diferente de abordagem multi-sectorial, enriquecida pela concertação e comunhão de interesses e objectivos entre os diferentes actores envolvidos.

Neste contexto, o processo de constituição do GAC Barlavento foi desenvolvido segundo uma metodologia participada desde o início pelos potenciais interessados que, ao longo do processo de concertação, se foram diferenciando/afirmando como parceiros representativos das comunidades piscatórias e assumiram um papel decisivo nesta fase preparatória.

Como decorre da própria realidade territorial e da riqueza e densidade de actores locais e regionais com intervenção directa nas tarefas de “dinamização dessas regiões e das suas potencialidades”; de “intercâmbio das boas práticas implementadas”; e de “apoio ao desenvolvimento das organizações de carácter local (quer a nível local, quer no quadro de congéneres comunitárias e internacionais)”, a concretização da Estratégia definida passa pela sensibilização, dinamização e apoio aos operadores das zonas de pesca consideradas, no sentido de aprofundamento da cooperação e/ou coordenação entre esses operadores e os restantes Parceiros, já integrantes ou a integrar posteriormente no GAC.

Em particular, o GAC Barlavento propõe-se cooperar com os Grupos de Acção Costeira do Continente, em ligação com os quais deverá dinamizar iniciativas de intercâmbio para qualificar as intervenções e os procedimentos de dinamização e monitorização das Estratégias de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se, tal como preconizado nesta Medida, de tarefas a assegurar pelas redes de cooperação, com vista a promover: “a dinamização dessas regiões e das suas potencialidades”; “o intercâmbio das boas práticas implementadas”; “o apoio ao desenvolvimento das organizações de carácter local quer a nível local, quer no quadro de congéneres comunitárias e internacionais”.

Em termos operacionais, o GAC irá sensibilizar, dinamizar, propor e apoiar os operadores das zonas de pesca consideradas, no sentido de promover a cooperação e/ou coordenação entre esses operadores e: outros sectores de actividade (turismo, cultura, ...); outros eixos do PROMAR; outros órgãos oficiais de coordenação e planeamento regional, territorial e sectorial; outras regiões do país e de outros países (p.e. Espanha, Grécia e Holanda). Com essa cooperação, tem-se em vista promover a aquisição de competências e experiências e construir “redes de interesses” diversificados, mas que concorram para o reforço da sustentabilidade do sector, nomeadamente em zonas com características semelhantes, dentro do espírito do Eixo 4 do PROMAR e em apoio de todas as intervenções atrás preconizadas e agrupadas nos três principais vectores de intervenção.

✓ **Estratégia de desenvolvimento local e Aquisição de competências**

A aquisição de competências e o apoio à preparação e execução da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Área Costeira abrangida pelo GAC Barlavento, é entendida, simultaneamente, enquanto: (i) criação de um instrumento de coordenação e gestão territorial e sectorial para os investimentos relevantes enquadrados pelos vectores de

DOSSIER DE CANDIDATURA EIXO 4 - PROMAR

GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA Barlavento do Algarve

intervenção consagrados no Eixo 4; (ii) representação colectiva de actores e actividades com capacidade para, junto das organizações regionais e locais e promotores concretos, ganhar a massa crítica e o “know-how” necessários para concretizar a Estratégia e valorizar a articulação e sinergias com instrumentos locais e regionais (PDM, PROT, PRI, Estratégia Regional do Algarve, POOCs, Plano Estratégico do Barlavento, ...), de molde a enformar as Acções a definir e a implementar, segundo uma lógica de coerência integradora com aqueles instrumentos.

A perspectiva de dinamizar iniciativas de I&D e projectos de inovação que impliquem parcerias de projecto com entidades regionais, nacionais e transnacionais deve, igualmente, ser tida em consideração, valorizando a presença de entidades do SCTN na Parceria. Com efeito, afigura-se importante para a qualificação da Estratégia atrair as Unidades de I&D da UAlg e outras, confrontando-as com a possibilidade de desenvolverem consultoria de inovação experimental no domínio do conhecimento e gestão sustentável das espécies, da concepção de equipamentos (p.e., para a aquicultura), etc.

A dinamização/animação local para o “empowerment” e o envolvimento activo das comunidades na identificação e concepção de projectos e acções, constitui uma área de importante investimento, naturalmente consumidora do recurso a competências técnicas, a fixar em permanência no espaço de intervenção do Parceiro Gestor. Esta função dinamização/animação pressupõe a organização de antenas sub-regionais dotadas de mobilidade que permitam uma adequada cobertura, em termos de dinamização de projectos e iniciativas do território da Área Costeira de Intervenção. Neste particular, importa potenciar o conhecimento de terreno e a experiência acumulada de intervenção no território, p.e., por parte das Associações de Desenvolvimento Local.

Finalmente, saliente-se a relevância atribuída à estruturação de uma função Monitorização e Avaliação, referenciada na Parte C (relativa ao funcionamento do GAC) e para a qual se afigura necessário a contratação de serviços de consultoria especializada.